



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuárias – CCA
Bacharelado em Ciências Contábeis

SARAH REGINA LEITE XAVIER DE OLIVEIRA

**ALUNORTE: ASPECTOS CONTÁBEIS ORIUNDOS DO DESASTRE AMBIENTAL
EM BARCARENA – PA**

BRASÍLIA – DF
2018

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Cláudia da Conceição Gárcia
Decana de Ensino de Graduação

Professora Doutora Helena Eri Shimizu
Decana de Pós-Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Brito
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis- Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis- Noturno

SARAH REGINA LEITE XAVIER DE OLIVEIRA

**ALUNORTE: ASPECTOS CONTÁBEIS ORIUNDOS DO DESASTRE AMBIENTAL
EM BARCARENA – PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Profa. Me. Fernanda Jaqueline Lopes

Linha de Pesquisa: Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área: Contabilidade Ambiental

Oliveira, Sarah Regina Leite Xavier.

Alunorte: Aspectos contábeis oriundos do desastre ambiental em Barcarena – PA. Sarah Leite Xavier; Orientação: Prof.^a Msc. Fernanda Jaqueline Lopes — Brasília, Universidade de Brasília, 2018, 58.p.

Orientador (a): Prof.^a Me. Fernanda Jaqueline Lopes

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) —Ciências Contábeis —Brasília, Universidade de Brasília, 2018.

1. Alumina do Norte do Brasil S.A. 2. Contabilidade Ambiental 3. Desastre Ambiental 4. *Disclosure* Ambiental

SARAH REGINA LEITE XAVIER DE OLIVEIRA

**ALUNORTE: ASPECTOS CONTÁBEIS ORIUNDOS DO DESASTRE AMBIENTAL
EM BARCARENA – PA**

Banca Examinadora

Prof.^a Me. Fernanda Jaqueline Lopes

Professora Orientadora

Universidade de Brasília- UnB

Prof.^a Dra. Fátima de Souza Freire

Professora Examinadora

Universidade de Brasília- UnB

BRASÍLIA – DF
2018

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A minha mãe Francinalda, heroína que me deu apoio, amor e incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

A minha irmã Amanda, por todas as palavras de conforto e suporte.

Aos meus amigos, pela amizade sincera e por me aguentarem nessa fase.

A presença de vocês me trouxe a certeza de que jamais estarei sozinha nessa jornada que é a vida.

A minha orientadora Me. Fernanda Jaqueline Lopes, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A Universidade de Brasília, seu corpo docente, direção e administração pela oportunidade que tive de fazer o curso de Ciências Contábeis.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“Coragem é a mais importante de todas as virtudes, porque sem ela nós não podemos praticar nenhuma outra virtude com consistência.”

(Maya Angelou)

RESUMO

A presente pesquisa buscou averiguar quais os impactos causados nas contas patrimoniais e de resultado da empresa Alumina do Norte do Brasil S.A., em decorrência do acidente ambiental ocorrido no município de Barcarena – PA, em abril de 2009. Não foram encontradas pesquisas anteriores diretamente relacionadas ao *disclosure* ambiental da Alunorte. Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizadas duas análises comparativas, a vertical e a horizontal, do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, dos anos de 2008 a 2017. Todos os valores utilizados no estudo foram atualizados com o uso da Calculadora do Cidadão, ferramenta disponibilizada pelo Banco Central do Brasil. De acordo com a observação dos relatórios, não foram encontradas variações ligadas ao desastre ambiental nas contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício. No entanto, a conta “Contingências possíveis de perda, não provisionadas no balanço - Ambiental” é evidenciada apenas nas notas explicativas (NE), apresentou variações significativas, principalmente no ano de 2017. Em 2014, foi registrado um valor inicial para contingências ambientais, porém sem a devida explicação nas NEs. Em 2017, a empresa esclareceu que o valor fazia referência às ações judiciais do processo denominado de “lama vermelha”. Foram identificadas, também, provisões para o fechamento dos depósitos de resíduos secos e restauração das áreas afetadas pelos mesmos. Como a evidenciação é um aspecto relevante quando se trata de questões ambientais, a presente pesquisa provém da necessidade de estudos sobre como um acidente ambiental pode afetar os demonstrativos contábeis de uma empresa.

Palavras-chave: Alumina do Norte do Brasil S.A.; Contabilidade ambiental; Desastre ambiental; *Disclosure* ambiental.

ABSTRACT

The present research sought to investigate the impacts on the equity and income accounts of the company Alumina do Norte do Brasil SA, as a result of the environmental accident that took place in the city of Barcarena - PA, in April 2009. No previous research that was directly related to Alunorte's environmental disclosure were found. For the development of the work, were used two comparative analyzes, vertical and horizontal, for the Balance Sheet and Income Statement for the years 2008 to 2017. All values used in the study were updated using the Citizen's Calculator , a tool provided by the Central Bank of Brazil. According to the reports, there were no variations related to the environmental disaster in the balance sheet and income statement accounts. However, the "Possible contingencies of loss, not accrued in the balance sheet - Environmental" account is evidenced only in the explanatory notes (EN), presented significant variations, mainly in 2017. In 2014, an initial value was recorded for environmental contingencies, but without the proper explanation in the ENs. In 2017, the company clarified that the value referred to the lawsuits of the process called "red mud". Provisions were also made for the closure of the dry waste deposits and restoration of the areas affected by them. As disclosure is a relevant aspect when it comes to environmental issues, the present research stems from the need for studies on how an environmental accident can affect the accounting statements of a company.

Keywords: Alumina do Norte do Brasil S.A.; Environmental accounting; Environmental disaster; Enviromental disclosure;

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise Horizontal e Vertical das principais contas do ativo de 2008 e 2009	27
Tabela 2 – Análise Horizontal e Vertical do Passivo Circulante e Não Circulante de 2008 e 2009	28
Tabela 3 – Provisões para fechamento de depósitos de resíduos de 2011 a 2017.....	29
Tabela 4 – Contingências possíveis de perda – Ambientais de 2014 a 2017	30
Tabela 5 – Análise Horizontal e Vertical dos resultados brutos dos anos de 2008 e 2009	31

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AC	Ativo Circulante
ANC	Ativo Não Circulante
BP	Balanço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comite de Pronunciamentos Contabeis
CPI	Comissão de Inquérito Parlamentar
DOE	Diário Oficial do Estado
DRE	Demonstrao do Resultado do Exercício
DRS	Depósitos de Resíduos Secos
DVA	Demonstrao do Valor Adicionado
IEC	Instituto Evandro Chagas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPCA	ndice de Preços ao Consumidor
MG	Minas Gerais
MP	Ministério Público
MPPA	Ministério Público do Estado do Pará
NBC	Normas Brasileira de Contabilidade
NE	Notas Explicativas
PA	Pará
PC	Passivo Circulante
PNC	Passivo Não Circulante
PL	Patrimônio Líquido
S.A	Sociedade Annima
Semas	Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivo geral	12
1.2 Objetivo específico	12
1.3 Justificativa.....	12
1.4 Organização do trabalho.....	13
2 REFERENCIAL TEORICO	14
2.1 Contabilidade ambiental.....	14
2.2 <i>Disclosure</i> Ambiental	15
2.3 Teoria da legitimidade	16
2.4 Teoria dos <i>stakeholders</i>	18
2.5 Alumina do Norte do Brasil S.A.	18
2.6 Desastres ambientais no município de Barcarena envolvendo a empresa Alumina no Norte do Brasil S.A.	20
3 MÉTODOS.....	23
3.1 Seleção dos Dados	24
3.2 Plano de análise de dados	25
3.3 Limitações da pesquisa.....	26
4 RESULTADOS	26
4.1 Ativo.....	26
4.2 Passivo e Patrimônio Líquido	28
4.3 Demonstração do Resultado do Exercício	30
4.4 Outros achados	31
4.5 Demais demonstrativos	32
4.6 Perspectivas para os relatórios de 2018.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE A	42
APÊNDICE B.....	51
APÊNDICE C	56
APÊNDICE D	57

1 INTRODUÇÃO

Uma das funções da contabilidade é acompanhar o desenvolvimento das atividades econômicas e repassar as informações contábeis aos seus usuários. Com a evolução e a consequente diferenciação das necessidades desses usuários, surgiu um novo ramo da Ciência Contábil, a Contabilidade Ambiental (PAIVA, 2003).

Com a Lei 9.605/88 – Lei dos Crimes Ambientais e a constante ênfase da mídia em assuntos ambientais, a sociedade brasileira passou a se atentar mais sobre a relação das empresas com o meio ambiente. Assim, as entidades foram impulsionadas a mudarem sua postura em relação ao gerenciamento dos recursos naturais (BRASIL, 1988).

Algumas empresas já optam por emitir voluntariamente, relatórios de sustentabilidade como meio de divulgação de suas informações ambientais mais detalhadas. Por meio desses documentos, a entidade pode detalhar a interação de suas atividades com o meio ambiente e informar o que está sendo realizado em matéria de preservação do mesmo. Essa prática é caracterizada como *disclosure* voluntário, pois mesmo não havendo a obrigação de evidenciação de suas informações ambientais, as empresas a realizam com o intuito de legitimarem suas atividades perante a sociedade e atenderem às demandas dos *stakeholders*

No Brasil, já foram registrados vários eventos que causaram desequilíbrio ambiental, sendo o mais divulgado deles, o rompimento de uma barragem da empresa Samarco Mineração S.A., situada em Mariana – Minas Gerais (MG), no ano de 2015. Esse acidente foi considerado a maior tragédia ambiental ocorrida no Brasil, causando danos incalculáveis ao meio ambiente e à população (DA SILVA; LOPES; FREIRE, 2017).

Em 2018, nos dias 16 e 17 de fevereiro, ocorreu um caso, bastante difundido pela mídia, no polo industrial de Barcarena – Pará (PA). Devido às fortes chuvas ocorridas nesses dois dias, houve uma sequência de vazamentos de resíduos tóxicos dos depósitos da empresa Alumina do Norte do Brasil S.A., causando a contaminação do Rio Pará e em consequência, da água consumida pela população local, casos semelhantes a esse já ocorreram nos anos de 2003 e 2009 (G1 PA, 2018).

Desastres ambientais como esses levantam uma série de questionamentos sobre a responsabilidade ambiental e social tanto das empresas, como dos órgãos públicos que possuem a função de fiscalizar as atividades de companhias que interagem diretamente com o meio ambiente. Dessa forma, a presente pesquisa buscará responder o seguinte questionamento: *Após o desastre*

de 2009, como foram reportadas as informações contábeis aos usuários externos da Alumina do Norte do Brasil S.A.?

1.1 Objetivo geral

A pesquisa terá como objetivo geral analisar os demonstrativos contábeis da empresa Alumina do Norte do Brasil S.A. dos anos de 2008 a 2017, com a finalidade de averiguar quais foram os impactos causados nas contas patrimoniais e de resultado, em decorrência do desastre ambiental ocorrido no ano de 2009 em Barcarena – PA.

1.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- i) Verificar a existência de *disclosures* voluntários relacionados ao acidente ambiental do ano de 2009;
- ii) Averiguar se as informações referentes aos impactos ambientais constam nas notas explicativas;
- iii) Analisar os relatórios dos auditores independentes, da administração e de sustentabilidade;
- iv) Traçar um panorama com possibilidades do que poderá ocorrer com os demonstrativos contábeis de 2018, com base na análise realizada por meio dos relatórios de 2009 a 2017 e nas publicações de notícias em jornais eletrônicos.

1.3 Justificativa

A indústria mineradora é uma das líderes em poluição no Brasil e no mundo (PENNA, 2009). Tendo isso em vista, o *disclosure* ambiental se mostra de suma importância para promover a transparência e a qualidade das informações ambientais repassadas às partes interessadas. Esses

dados também possibilitam a avaliação dos impactos, decorrentes das atividades ligadas ao meio ambiente, causados na situação patrimonial da empresa.

Alguns trabalhos já foram desenvolvidos utilizando a relação entre a evidenciação ambiental e desastres causados por grandes empresas. O acidente de Mariana – MG, ocorrido em 2015, envolvendo a empresa Samarco Mineração S.A., foi um assunto bastante utilizado para esse tipo de análise. Estudos como “Desastre em Mariana-MG: Uma análise descritiva dos impactos nos relatórios da empresa Samarco S.A.” (DA SILVA; LOPES; FREIRE, 2017) e “A saga da Samarco: as revelações do relatório contábil-financeiro após o desastre de Mariana” (CAMPOS *et al.*, 2017) abordaram justamente os níveis de evidenciação de informações ambientais após o desastre.

Outro estudo relevante, foi o artigo “Análise do *Disclosure* Relacionado a Acidentes Ambientais da Petrobras após a Lei Nº 11.638/07” (BREMENKAMP *et al.*, 2012) realizado com o foco na análise da divulgação de informações sobre os acidentes ambientais da Petrobrás, considerando os derramamentos de óleo ocorridos nos anos de 2008 a 2010.

Em casos como o da Alumina do Norte do Brasil S.A., a evidenciação ambiental é um aspecto relevante no momento de analisar se a companhia está evidenciando suas ações de reparo do meio ambiente e como está realizando essa prática contábil.

Vale ressaltar que não foram desenvolvidas pesquisas diretamente relacionadas com essa companhia e nem com os desastres provocados por ela. Nesse sentido, a presente pesquisa provém da necessidade de estudos sobre como uma crise ambiental pode impactar a tanto a sociedade e o meio ambiente, quanto os resultados e as operações de uma entidade e da importância da evidenciação de informações de caráter ambiental nos demonstrativos contábeis das empresas.

1.4 Organização do trabalho

A estrutura do trabalho é composta por cinco seções, a contar da introdução. Na segunda seção é realizada a abordagem teórica que irá dar suporte ao desenvolvimento da pesquisa, onde foram expostos assuntos sobre a contabilidade ambiental, *disclosure* ambiental, teoria da legitimidade, teoria dos *stakeholders*, a empresa Alumina do Norte do Brasil S.A. e os desastres ocorridos em Barcarena – PA. A terceira seção, irá apresentar os métodos de análise utilizados e as limitações da pesquisa. Na seção seguinte serão apresentados os resultados e a demonstração da

análise e, por fim, na última seção são feitas as considerações finais da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 Contabilidade ambiental

Para Santos *et al.* (2001), a contabilidade ambiental pode ser definida como o estudo do patrimônio ambiental das entidades, incluindo seus bens, direitos e obrigações relacionadas ao meio ambiente. Essa área da contabilidade tem por objetivo fornecer aos seus usuários, tanto internos quanto externos, informações relacionadas a eventos ambientais que causaram modificações em sua situação patrimonial, realizando sua identificação, mensuração e evidenciação.

A contabilidade ambiental ainda é bastante negligenciada no Brasil, como ainda não há nenhuma norma que obrigue as empresas a divulgarem suas informações ambientais, muitos obstáculos ainda impedem essa prática. A principal dificuldade encontrada pelas entidades é a separação das informações ambientais, das informações gerais da empresa, e o modo de as classificar e avaliar após essa segregação (SANTOS *et al.*, 2001).

Bergamini Júnior (1999), especificou outros empecilhos existentes no processo de implementação da contabilidade ambiental, como a escassez de definições de custos ambientais; dificuldades em calcular um passivo ambiental e com isso problemas na determinação de um passivo ambiental relacionado a custos passados e a falta de transparência por parte da empresa, em relação aos danos provocados em seus ativos próprios.

Santos *et al.* (2001), definiram os ativos ambientais como todos os bens e direitos designados ou originários da atividade de gerenciamento ambiental e os passivos ambientais como toda obrigação contraída, de forma voluntária ou involuntária, para a preservação ou recuperação do meio ambiente, o que em contrapartida irá gerar um ativo ou um custo ambiental.

Bremenkamp *et al.* (2012), esclarecem que após um acidente ambiental, pode-se realizar a contabilização de gastos imediatos destinados a reparação e para os que ocorrerão posteriormente, como multas, as organizações podem reconhecer provisões, se houver base confiável para a mensuração. Também devem divulgar em notas explicativas e no relatório de administração, tanto

os casos em que houver mensuração adequada, quanto os em que não há um parâmetro para realizar tal cálculo.

A evidenciação de informações ambientais é de suma importância para as organizações, pois, com os dados dos eventos econômicos relacionados ao meio ambiente, é possível realizar uma avaliação correta do patrimônio da entidade (ROVER, 2009).

2.2 *Disclosure Ambiental*

A contabilidade tem como um dos seus propósitos fornecer informações úteis para a tomada de decisão, a evidenciação ou *disclosure* tem um papel fundamental para que esse objetivo seja alcançado. Vale ressaltar que a evidenciação não consiste apenas no ato de divulgar, mas em realiza-lo com qualidade e clareza (DANTAS *et al.*, 2005).

Niyama e Gomes (1996), apontaram que o *disclosure* remete-se a qualidade das informações financeiras e econômicas, sobre as operações de uma entidade, devendo essas serem úteis para o conhecimento da situação passada de uma organização e para a realização de intervenções em relação ao futuro.

A divulgação de informações ambientais vem se tornando um tema de grande importância nos dias atuais. No Brasil ainda é uma prática voluntária, geralmente utilizada por grandes companhias que tem relação direta com o meio ambiente (ROVER, 2009).

As empresas optam por evidenciar suas informações ambientais por diversos motivos, entre eles estão a necessidade de legitimar suas atividades diante da sociedade e de atender as demandas dos *stakeholders*.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, por meio da resolução nº 1003/04, a Normas Brasileira de Contabilidade (NBC) T15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, norma que regulamenta a evidenciação de informações sociais e ambientais (CFC, 2004).

Essa norma tem por objetivo que as entidades apresentem à sociedade sua participação e responsabilidade social da entidade. A NBC T 15 aponta que as seguintes informações devem ser evidenciadas, em caso de interação da entidade com o meio ambiente:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;

- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais (CFC, 2004, p.7).

Outro pronunciamento técnico relevante para o *disclosure* ambiental é o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Neste, estão contemplados os procedimentos aplicáveis para reconhecer e evidenciar provisões e contingências, logo é um CPC que abrange o item “h” descrito acima.

O CPC 25 traz que, um passivo contingente não deve ser reconhecido no balanço pois são obrigações possíveis que dependem de eventos futuros para a confirmação da obrigação de fato, onde se considera que a saída de recursos não será necessária ou no caso de não se encaixarem nos critérios propostos pelo pronunciamento (CPC, 2009).

Já as provisões, são reconhecidas como passivos, se houver uma estimativa confiável, pois são obrigações presentes com saída de recursos provável para a liquidação da obrigação, se esses três critérios não forem satisfeitos, a provisão não deve ser reconhecida. Outra possibilidade é a de saída de recursos remota, onde mesmo que haja uma obrigação presente ou possível, o reconhecimento e a divulgação não são exigidos (CPC, 2009).

Com as regras fornecidas pela NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental e pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as entidades conseguem evidenciar e divulgar suas informações ambientais com qualidade e clareza, além de apresentar como a organização lida com questões ambientais (CPC, 2009).

2.3 Teoria da legitimidade

Os ensinamentos da teoria da legitimidade decorrem da teoria política econômica, a qual reconhece os conflitos de poder que existem na sociedade e em seus grupos. As duas teorias trazem a ideia de que a política, a sociedade e a economia são dependentes e que para uma análise significativa das demonstrações econômicas, a estrutura social, política e institucional devem ser

consideradas, no âmbito de desenvolvimento daquela atividade econômica em específico (DEEGAN, 2002).

Deegan (2002), a considerou como uma teoria de sistemas orientados, considerando que as organizações são influenciadas pela sociedade de onde atuam e vice-versa. A teoria da legitimidade irá explicar quais são as motivações das companhias para divulgarem suas informações ambientais, tendo como principal a necessidade de legitimar suas atividades perante a sociedade (EUGÉNIO, 2010).

Segundo Eugénio (2010), como a teoria da legitimidade foi baseada em algumas premissas da teoria política econômica, entende-se que as organizações são parte do sistema social e que o conceito de legitimidade está diretamente ligado com o conceito de contrato social. Este por sua vez foi objeto de estudo de muitos filósofos, entre eles Jean-Jacques Rousseau, que definiu, em síntese, que o contrato social era a relação entre a vontade geral, sendo representada pela lei, e a vontade particular (GARCIA *et al.*, 2014).

A teoria da legitimidade explica que uma empresa não detém o direito inerente aos recursos ou mesmo à existência. As organizações só existem até o ponto em que a sociedade, em particular, as considera legítimas. Em consequência, como a sobrevivência das empresas depende dessa credibilidade, ela pode ser ameaçada, se a sociedade perceber que, em algum momento específico, a organização infringiu o seu contrato social (PENEDO *et al.*, 2004).

Os gestores utilizam da técnica de divulgação de informações sociais e ambientais, nos relatórios anuais e de sustentabilidade, como uma forma de legitimar a atividade da empresa, explicitando tudo o que a empresa realiza para a proteção do meio ambiente e apoio à sociedade, esses relatórios vêm se tornando o principal meio de comunicação das entidades com os seus agentes externos (EUGÉNIO, 2010).

Lindblom (1994), verificou quatro tipos de práticas que as companhias podem realizar para conseguirem e manterem a sua legitimidade: i) educar e informar o público acerca das modificações recentes no seu desempenho e nas suas atividades; ii) alterar a percepção do público em relação a empresa; iii) controlar as percepções do público, tirando o foco de um determinado problema e o colocando em outras questões; iv) alterar as expectativas dos agentes e do público externo quanto ao seu desempenho.

2.4 Teoria dos *stakeholders*

Para Freeman e MacVea (2000), a gestão de toda companhia é baseada no princípio básico de que os processos gerenciais devem considerar as demandas que satisfaçam os interesses de diversos grupos interessados na empresa, assim como acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, a comunidade afetada por aquela determinada atividade.

Já Eugénio (2010), aborda a concepção de que os gestores são incentivados a divulgarem informações a grupos específicos de *stakeholders* com poder de influência significativa, tendo como objetivo indicar que estão operando de maneira a atender as expectativas dos mesmos.

Clarkson (1995), conceituou os *stakeholders* como sendo pessoas ou grupos que têm direitos ou interesses na organização e os classificou em primários e secundários. Os primários têm um papel de impacto direto no desempenho e funcionamento da empresa e com isso, têm interesse em sua continuidade. Alguns exemplos dessa categoria são os acionistas, clientes, fornecedores e grupos públicos como o governo e a comunidade. Os *stakeholders* secundários não estão envolvidos diretamente com a empresa e não são necessários para a continuidade da mesma. Eles podem afetar a empresa e vice-versa, mas não são essenciais para a sua operação básica, a mídia é um exemplo de grupo secundário.

As organizações podem direcionar as informações para valorizar os seus pontos positivos, como prêmios e projetos ambientalmente e socialmente relacionados, e simultaneamente podem estar negligenciando informações de caráter negativo, como poluição e acidentes ambientais (EUGÉNIO, 2010).

Outro aspecto abordado por essa teoria é o fato de que quando as empresas estão em uma situação favorável, divulgam uma série de informações sobre o contexto em que estão situadas, já quando não estão em uma boa posição, as organizações tendem a diminuir o nível de evidenciação.

2.5 Alumina do Norte do Brasil S.A.

A Alumina do Norte do Brasil S.A., mais conhecida como Alunorte ou Hydro Alunorte, é considerada a maior refinaria de alumina do mundo. A empresa brasileira foi constituída, por meio de um acordo bilateral, pelos governos do Brasil e do Japão em 1976. Esse contrato tinha como objetivo integrar a cadeia produtiva do alumínio no Estado do Pará (CETEM, 2013).

A refinaria está localizada no Estado do Pará, no polo industrial do município de Barcarena, no distrito de Murucupi. O funcionamento da Alunorte se iniciou no ano de 1995, com operações da antiga estatal Vale do Rio Doce, que detinha mais da metade do controle acionário da refinaria (CETEM, 2013).

Em 2010, a empresa norueguesa Norsk Hydro ASA assinou um acordo de troca de ações com a Vale, o que possibilitou a transferência de 57% de participação na Alunorte para a Hydro. Antes dessa operação a Hydro possuía 34% de participação na Alunorte, após a compra das ações passou a deter um total de 91% de participação na refinaria de alumina (HYDRO, 2010).

O acordo de 2010, possibilitou que a Norsk Hydro se tornasse dona de um ciclo completo de produção de alumínio. Além da fatia de participação na Alunorte, o contrato contemplava também transferência do controle das minas de bauxita situadas no município de Paragominas no Pará, 51% de participação na Albrás, fábrica de alumínio que também está situada no polo industrial de Barcarena e 61% na futura refinaria de alumina, a CAP. Com isso a Vale recebeu um total de US\$ 1,1 bilhão em dinheiro e 22% das ações ordinárias da Hydro (HYDRO, 2010).

Com mais de 20 anos de atuação no mercado, a Alunorte fornece alumina para os mercados nacionais e internacionais, sendo que 86% da sua produção são destinados à exportação e somente os 14% restantes são destinados ao mercado nacional. Essa parcela destinada ao mercado internacional, é dividida entre dez países, distribuídos na América do Norte, Europa e Oriente Médio (HYDRO, 2016).

A principal atividade da empresa é o refino de óxido de alumínio, ou alumina. Esse material é extraído da bauxita e em seguida é utilizado para a produção do alumínio primário. O refino da alumina traz muitos riscos para o meio ambiente, pois no processo de extração é gerado uma grande quantidade de resíduo de bauxita, mais conhecido como lama vermelha. Para a realização desse procedimento é utilizada uma grande quantidade de soda cáustica, o que torna a lama vermelha um componente altamente tóxico e corrosivo (IBAMA, 2009).

A empresa reconhece que essa lama deve ser tratada de maneira adequada afim de proteger o meio ambiente, mas que isso ainda é um desafio na produção de alumina. A indústria do alumínio está priorizando a armazenagem dos resíduos por empilhamento a seco. O uso do método de armazenagem em lagos de lama vermelha está deixando de ser utilizado aos poucos pelas empresas. Já a Hydro utiliza somente o novo procedimento, tanto por sua eficiência, quanto por questões de segurança ambiental (HYDRO, 2016).

A técnica de *dry stacking*, consiste em armazenar os resíduos em pilhas estáveis nos chamados Depósitos de Resíduos Secos (DRS), ao invés de armazenamento em lagos. Em seguida os efluentes tóxicos são tratados e depois despejados no Rio Pará. Ao final da utilização de um depósito, a empresa realiza a cobertura e o reflorestamento da área com espécies nativas da região (HYDRO, 2016).

Além da questão associada aos resíduos, a organização encontrou outras adversidades relacionadas à sua operação, entre elas o consumo elevado de energia na produção de alumina e a gestão da água, pois toda a água utilizada no processo produtivo e a água superficial da precipitação e do escoamento dos depósitos de resíduos devem ser limpas antes de serem retornadas no ambiente (HYDRO, 2016).

2.6 Desastres ambientais no município de Barcarena envolvendo a empresa Alumina no Norte do Brasil S.A.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2014, constatou que a água consumida no município de Barcarena estava contaminada por metais pesados, o tema inclusive foi tratado em audiência pública, porém nenhuma medida foi tomada em relação ao assunto. Foram encontrados elementos como, chumbo, alumínio, selênio e fósforo em níveis acima do permitido pela legislação brasileira. Esses componentes, quando em excesso, podem ser extremamente tóxicos, causando danos à saúde humana (MPPA, 2016).

Em 2016, o Ministério Público Federal (MP) e o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) entraram na Justiça com uma ação pedindo que medidas urgentes fossem tomadas para que a população de Barcarena tivesse acesso a água potável.

Para o MP, haviam indícios de que a população estava consumindo água contaminada devido as atividades industriais de mineração realizadas no município. A ação estipulou que as empresas de Barcarena deveriam fornecer no mínimo dois litros de água potável às comunidades de onde a água estava impura, até que o sistema de abastecimento de água própria para consumo seja estabelecido (MPPA, 2016).

A ação movida pelo MP figurou como réus o município de Barcarena, que seria o ente da Federação responsável por fornecer água tratada, a União pela negligência em relação aos desastres

ambientais que ocorrem na região, o Estado do Pará pela falta de fiscalização e as empresas com atividade poluidora que estão situadas na região, como a Alunorte e a Albrás (MPPA, 2016).

O MP listou no processo alguns dos acidentes ambientais que já ocorreram na área, a Alunorte está envolvida em três deles. Em 2002, ocorreu um derramamento de coque no rio Pará, esse material é um pó preto derivado do petróleo. Houve uma falha no sistema que iria transportá-lo de um navio para o interior do complexo Albrás/Alunorte, o que resultou em uma mancha negra nas águas do rio (MPPA, 2016).

No ano de 2003, começaram os problemas relacionados aos resíduos da produção da alumina, a lama vermelha. Nesse ano houve o primeiro vazamento de lama vermelha das bacias de efluentes da Alunorte. Esse acidente levou a contaminação das nascentes do rio Murucupi, houve mudança na coloração da água do rio por toda a sua extensão e foram detectadas alterações nos níveis de alumínio e sódio presentes na água. A empresa teve que assinar um Termo de Ajustamento de Conduta com o MPPA e respondeu a inquéritos policiais (MPPA, 2016).

Outro vazamento de lama vermelha das bacias de rejeito da Alunorte ocorreu em 29 de abril de 2009. O Ibama (2010), alegou que esse segundo vazamento colocou a população local em risco e destruiu de maneira significativa a biodiversidade, causando, inclusive, a mortandade de peixes. No dia anterior ao vazamento, houve uma forte chuva na região que sobrecarregou um dos canais de rejeitos, essa foi apontada como a possível causa do transbordo que atingiu a floresta e as nascentes da região.

A empresa negou a existência de vazamentos, transbordos ou rompimentos em suas bacias. Após inspeção, a equipe do Ibama constatou que o canal havia transbordado e que continuava derramando água sem tratamento no meio ambiente. O engenheiro da empresa confirmou que todos os rejeitos devem ser tratados antes de serem lançados ao meio ambiente, porém essa prática não estava sendo realizada por conta das chuvas, resultando em descartes de resíduos sem tratamento no rio Pará (Alunorte, 2009).

A Hydro, após assumir o controle da Alunorte, se pronunciou alegando que os níveis de soda cáustica encontrados nas amostras não representavam concentrações nocivas. E que várias medidas corretivas e preventivas foram tomadas, inclusive a construção de um novo depósito, baseado no resíduo seco de bauxita (HYDRO, 2011).

Segundo o jornal eletrônico G1 PA (2018), o Ibama multou a Alunorte, pelo vazamento de rejeitos ocorrido em 2009, em uma quantia que hoje totaliza 17,1 milhões de reais, que não foram pagos até hoje, pois a empresa recorreu e alega estar acompanhando os processos.

A empresa informou que em 2011, quando assumiu o controle dos ativos da Vale, atualizou todas as informações, relacionadas aos processos judiciais, em seus relatórios anuais desde 2009. E anunciou que estava desenvolvendo um estudo para medir todos os impactos ambientais e sociais causados pela atividade mineradora exercida no Brasil pelas empresas Alunorte e Albras (HYDRO, 2011).

Nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2018, chuvas muito fortes atingiram o município de Barcarena, na semana seguinte os moradores das comunidades próximas a Alunorte alegaram a ocorrência de alagamentos e registraram denúncias junto ao MP, pois a água estava contaminada com lama vermelha. A empresa emitiu nota negando a poluição e alegou que o tom avermelhado da água foi uma consequência do solo característico da região (G1 PA, 2018).

O Ibama realizou uma vistoria e relatou que não havia vazamentos recorrentes dos Depósitos de Resíduos Secos (DRS) 1 e 2, porém informou que novas inspeções seriam realizadas e que se fosse constatado o uso de fontes de despejo clandestinas, o caso se enquadraria como crime ambiental e a empresa sofreria as sanções previstas na legislação (G1 PA, 2018).

Em 22 de fevereiro de 2018, o Instituto Evandro Chagas (IEC) divulgou um laudo que constatava o vazamento das bacias de rejeitos e a contaminação da água, que apresentou altos níveis de sódio, alumínio, nitrato e chumbo. O relatório também apontou a existência de um duto clandestino que despejava resíduos tóxicos, sem tratamento, no meio ambiente (G1 PA, 2018).

Segundo o noticiário G1 PA (2018), o MPPA realizou uma vistoria nas dependências da Hydro Alunorte e descobriu, em 9 de março de 2018, outro canal de despejo não autorizado, que seria utilizado para despejar resíduos sem tratamento diretamente no rio Pará, em casos de chuvas fortes. Em 15 de março de 2018, a Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas) identificou um terceiro ponto de despejo irregular.

O grupo admite que a empresa contaminou o rio Pará e emitiu nota se desculpando com as comunidades, as autoridades e a sociedade. E informou também que contratou uma auditoria independente para apurar melhor o caso (EXAME, 2018).

A Hydro foi multada, em um total de R\$ 40 milhões, resultantes de duas multas, e obrigada a operar com capacidade reduzida em 50%. O descumprimento da medida, incorreria em uma sanção adicional de R\$ 1 milhão por dia (G1 PA, 2018).

Segundo a agência de notícias britânica Reuters, a Norsk Hydro não conseguirá alcançar sua meta de redução de custos e ainda poderá enfrentar baixas contábeis por conta da atenuação da produção no Brasil. Se a empresa não conseguir permissão para reiniciar suas atividades, a Hydro poderá ter que realizar uma baixa contábil no valor da Alunorte e da mina de bauxita em Paragominas, além de *impairments* em outras de suas fábricas, como a Albras, que também teve sua capacidade reduzida (REUTERS, 2018.).

No final de março, foi instaurada uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI), com o intuito de identificar os danos ambientais e investigar as causas e os responsáveis pelas contaminações dos rios (BRASIL DE FATO, 2018). A Comissão ouviu os pesquisadores de diversas instituições para entender as diferenças entre os laudos apresentados. Uma pesquisadora da Universidade Federal do Pará, disse que a Universidade não realizou análises específicas relacionadas ao vazamento, mas que desde 2009 são realizadas verificações que apresentam altos níveis de contaminação por alumínio na água do município de Barcarena (G1 – PA, 2018).

Em 9 de abril de 2018, o G1 PA anunciou que a empresa foi condenada a pagar um valor de R\$ 150 milhões destinados a reparação dos danos causados ao meio ambiente. Esse valor é decorrente de uma ação promovida pelo Procuradoria Geral do Estado do Pará, que determinou que a empresa depositasse R\$ 250 milhões em um fundo designado para financiar projetos que beneficiem a infraestrutura dos municípios.

No mesmo dia a Norsk Hydro divulgou em seu site oficial que a auditoria independente não encontrou indícios de contaminação e nem de impactos ambientais provenientes da Alunorte após as chuvas de 16 e 17 de fevereiro, mas que iriam realizar diversas ações para manter o apoio a comunidade local e ao meio ambiente (HYDRO, 2018).

3 MÉTODOS

A presente pesquisa classifica-se como teórico-empírica de caráter exploratório, cujo objetivo é verificar quais os impactos ocorridos nas demonstrações contábeis da empresa Alumina

do Norte do Brasil S.A., em decorrência do desastre ambiental de 2009.

Os aspectos metodológicos estão estruturados da seguinte maneira: (i) seleção dos dados, (ii) plano de análise e (iii) limitações da pesquisa.

3.1 Seleção dos Dados

A escolha da empresa Alumina do Norte do Brasil S.A. para o desenvolvimento da presente pesquisa foi dada pelo fato de ser a empresa que está ligada, de modo direto, as tragédias ambientais ocorridas em abril de 2009 e fevereiro de 2018, em Barcarena – PA.

Os dados utilizados na pesquisa foram obtidos por meio de dois *sites* diferentes, nos meses de abril e maio de 2018. Os relatórios financeiros dos anos de 2009 a 2011 e os relatórios de sustentabilidade de 2008-2009 e 2010-2011, estão disponíveis em PDF (*Portable Document Format*) na página oficial da companhia (<https://www.hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/>), na aba “*Download center*”. Já os de 2012 a 2017, foram obtidos no Diário Oficial do Estado do Pará (DOE do PA), que podem ser baixados no portal oficial da Imprensa Oficial do Estado do Pará (<http://www.ioepa.com.br/portal/#1>).

No *site* da empresa não estão disponíveis os relatórios posteriores a 2011. Neste caso, por meio de uma pesquisa realizada no Google, foram encontrados alguns fragmentos de demonstrações contábeis da empresa, publicadas no DOE do PA. Para os anos que já se havia conhecimento do dia da divulgação, usou-se diretamente a ferramenta de busca do site da imprensa, onde a data é inserida e o documento completo do diário é disponibilizado para *download*. Não foram encontrados fragmentos de todos, porém foi possível perceber um padrão nas datas de divulgação, que eram sempre realizadas nos últimos 10 dias dos meses de março ou abril. Com isso, foi possível, utilizando o mesmo instrumento anterior, realizar tentativas com essas datas e encontrar o restante dos relatórios completos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, de acordo com os objetivos propostos, foram selecionados os dados referentes às demonstrações financeiras dos anos de 2008 a 2017 e seus comparativos, sendo elas: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e Notas Explicativas (NE). Além disso, foram analisados o Relatório de Sustentabilidade, 2008-2009 e 2010-2011, o Parecer dos Auditores Independentes e os Relatórios da Administração de cada ano.

Não foram encontradas, nos demonstrativos, contas de natureza especificamente ambiental, com exceção das “Contingências possíveis de perda, não provisionadas no balanço”. Isso demonstra que a empresa ainda não adota os padrões exigidos pela contabilidade ambiental, como a constituições de passivos ambientais e reconhecimento dos investimentos e gastos realizados com a recuperação do meio ambiente.

Todos os dados presentes no BP, DRE, conta “Provisões” e “Contingências possíveis de perda, não provisionadas no balanço”, foram planilhados no Excel e atualizados de acordo com a série histórica do Índice de Preço ao Consumidor (IPCA). O índice foi escolhido por representar a medida de inflação oficial do Brasil e para isso, foi utilizada a calculadora do cidadão, opção correção de valores, disponível na página do Banco Central do Brasil (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>).

Os dados foram atualizados para permitir uma melhor análise comparativa dos valores ao longo do tempo, já para as análises verticais e horizontais, foram utilizados os valores nominais das contas.

3.2 Plano de análise de dados

A pesquisa utilizou ferramentas qualitativas para a análise dos dados, visto que o foco está na avaliação documental e descritiva das informações.

Algumas premissas foram assumidas para este estudo, com o intuito de averiguar quais foram os impactos causados pela tragédia em Barcarena – PA, no ano de 2009, nas contas patrimoniais e de resultado, além das consequências nos outros demonstrativos.

Para a análise vertical e horizontal, foram selecionados o BP e a DRE. O BP foi utilizado por possuir os dados patrimoniais da empresa. É provável que o desastre tenha atingido as seguintes contas do Ativo: Caixa e Equivalentes de Caixa, Outros Ativos, Depósitos Judiciais e Imobilizado. No Passivo e no Patrimônio Líquido as prováveis contas afetadas serão: Fornecedores, Dividendos, Provisões e Reserva de Lucros.

A DRE contém informações de extrema importância para o planejamento estratégico de uma empresa, por isso foi utilizada. Como é provável que em casos como esse, haja uma redução nas receitas e um aumento nas despesas, acredita-se que houve impacto no resultado.

Foi realizada uma análise comparativa das contas dos relatórios financeiros, presentes no BP e DRE, dos anos de 2008 a 2017, através da análise horizontal e vertical.

Assaf Neto (2012), propôs as seguintes equações para a análise vertical (i) e horizontal (ii):

$$(i) \quad \frac{\text{Conta (ou grupo de contas)}}{\text{Ativo Total (ou passivo ambiental ou receita líquida de vendas)}} \times 100$$

$$(ii) \quad \left(\frac{\text{Valor atual do item}}{\text{Valor do item no período base (anterior)}} - 1 \right) \times 100$$

A DVA foi utilizada para fins de verificação dos impactos causados pelos efeitos ambientais na distribuição da riqueza gerada, como: participação dos empregados, governo, agente financiadores e acionistas.

As Notas Explicativas (NE's), os Relatórios dos Auditores Independentes e os Relatórios da Administração também foram empregados como fontes de informação, com o intuito de complementar a verificação dos impactos ocasionados pelo acidente ambiental, pois nesses relatórios há maior probabilidade de encontrar informações tanto financeiras quanto ambientais.

Os relatórios de sustentabilidade, foram analisados pela ótica ambiental e social, buscando informações sobre as ações da empresa relacionadas ao meio ambiente e à sociedade. Além da análise dos relatórios anuais dos anos de 2009 a 2018, foram utilizadas notícias e informações coletadas em jornais eletrônicos. Isso permitirá a elaboração de suposições do que esperar para os demonstrativos do ano de 2018, já que as reportagens trazem dados referentes às multas, causas judiciais e aos dados causados no meio ambiente.

3.3 Limitações da pesquisa

A empresa escolhida para a pesquisa é caracterizada como sociedade anônima de capital fechado, logo, não há a obrigatoriedade de divulgação de informações, dificultando o acesso às mesmas.

O uso de apenas duas análises complementares, a horizontal e vertical, também se configura como uma limitação, pois fornece somente uma análise descritiva. Outro fator limitante se dá pelo fato da pesquisa ter sido desenvolvida nos meses de março a junho de 2018 e como o

exercício é encerrado somente em 31 de dezembro de 2018, não é possível estabelecer perspectivas concretas do que acontecerá nesses demonstrativos.

4 RESULTADOS

4.1 Ativo

A tabela 1, abaixo, demonstra a análise vertical e horizontal das principais contas do Ativo da empresa, dos anos de 2008 e 2009.

Tabela 1 – Análise Vertical e Horizontal das principais contas do ativo de 2008 e 2009

RELATÓRIO 2009					
Balço Patrimonial (em milhares de reais)	2008		2009		
	R\$ Atualizado	A.V %	R\$ Atualizado	A.V %	A.H %
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	324.887	2,79	54.815	0,53	-82,42
Estoques	845.514	7,27	520.831	5,01	-35,80
Não Circulante					
Depósitos Judiciais	21.081	0,18	22.975	0,22	13,59
Imobilizado	9.116.612	78,36	8.598.422	82,78	-1,71

Fonte: Elaboração própria a partir de dados financeiros fornecidos pelo Relatório Anual de 2009.

Com base na análise horizontal, apêndice A, pode-se verificar que o ativo total da empresa diminuiu em 6,95% de 2008 para 2009. Esse decréscimo se deve principalmente à redução do Ativo Circulante (AC), 42,65%, ocasionada principalmente pelas baixas nas contas “Caixa e equivalentes de caixa” e “Estoques”.

A conta “Caixa e equivalentes de caixa” apresentou uma diminuição de 82,42% ao compararmos o ano de 2008 e o de 2009 e “Estoques” houve uma variação negativa de 35,80%. Ao analisar as notas explicativas, foi constatado que essas diminuições não estavam relacionadas ao desastre (ALUNORTE, 2010 – NE 6).

Ao analisar verticalmente o Ativo Não Circulante (ANC), é possível observar, ao longo dos 10 anos considerados, que a concentração de recursos investidos nesse grupo de contas sempre esteve em valores entre 83,35% e 89,74%, constatados nos anos de 2008 e 2009, respectivamente.

Ao observar as contas do ANC, percebe-se que houve um aumento de 13,59% do ano de 2008 para 2009 na conta de “Depósitos Judiciais”, porém ao consultar as notas explicativas foi verificado que esse crescimento se deu devido às causas de naturezas tributárias, trabalhistas e previdenciárias e não às ações ambientais ligadas ao acidente ocorrido em abril de 2009 (ALUNORTE, 2010 – NE 14).

Do ano de 2010 até 2017, a conta de depósitos não registrou variações negativas e nem ocorrências de causas relacionadas ao acidente de 2009. Uma vez que, segundo o jornal eletrônico G1 PA (2018), a empresa ainda não quitou o valor referente às multas aplicadas na época do primeiro desastre.

Já a conta de “Imobilizado” sofreu uma redução de 1,71% de 2008 para 2009, causada pela depreciação líquida do período, logo, não foi afetada negativamente pelo desastre. No grupo do ativo, não foram encontradas outras contas com variações significativas que poderiam estar ligadas a tragédia ambiental.

4.2 Passivo e Patrimônio Líquido

A tabela 2, abaixo, apresenta os dados comparativos dos anos de 2008 e 2009, referentes ao passivo e ao patrimônio líquido da Alunorte. Na análise horizontal, percebe-se que o total do Passivo e Patrimônio Líquido reduziu em 6,95% do ano de 2008 para 2009, diminuição causada pelas baixas no Passivo Circulante (PC) e no Passivo Não Circulante (PNC), de 24,24% e 27,26%, respectivamente.

Tabela 2 – Análise Vertical e Horizontal do passivo circulante, não circulante e do patrimônio líquido de 2008 e 2009

Balço Patrimonial (em milhares de reais)	RELATÓRIO 2009				
	2008		2009		
	R\$ Atualizado	A.V %	R\$ Atualizado	A.V %	A.H %
Passivo Circulante					
Total do Passivo Circulante	730.663	6,28	531.847	5,12	-24,14
Passivo Não Circulante					
Total do Passivo Não Circulante	3.439.521	29,56	2.400.713	23,11	-27,26
Total do Patrimônio Líquido	7.464.274	64,16	7.454.604	71,77	4,08
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	11.634.458	100	10.387.165	100	-6,95

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Relatório Anual de 2009.

A tabela 3, abaixo, mostra as provisões nos anos de 2008 a 2017. Em 2011, a companhia provisionou um valor de R\$71.003.000 no PNC, destinado a cobertura dos custos de fechamento dos depósitos de resíduos sólidos. A partir desse ano, a subconta “Fechamento depósitos de resíduos”, passou representar o maior percentual da conta “Provisões”. No ano de 2017, o valor constituído somou um total de R\$ 574.942.000, sendo R\$ 18.805.000 no PC e R\$ 556.137.000 no PNC.

Tabela 3 – Provisões dos anos de 2011 a 2017

Provisões (em milhares de reais)	R\$ Atualizados						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Circulante							
Fechamento depósitos de resíduos	–	–	–	–	1.803	84.416	18.805
Total Circulante	–	–	–	–	1.803	84.416	18.805
Não Circulante							
Trabalhistas	–	12.801	627	9.399	5.700	3.826	12.325
Cíveis	–	–	20.065	4.098	2.579	11.483	11.484
Tributárias	–	–	12.436	13.911	14.113	15.112	16.405
Fechamento depósitos de resíduos	71.003	59.231	114.259	129.228	245.748	428.989	556.137
Total Não Circulante	71.003	72.032	147.387	156.636	268.140	459.410	596.352

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelos Relatórios Anuais de 2011 a 2017.

De acordo com a NE 16, a companhia também demonstra uma série de contingências possíveis de perda e não reconhecidas no balanço. A empresa afirma que não constitui uma provisão para essas possíveis perdas, pois são ações cujos consultores jurídicos consideram que sejam mais prováveis a inexistência de obrigações até a data do fechamento do balanço (ALUNORTE, 2018 – NE 16).

Desde o ano de 2014, contingências de caráter ambiental são reconhecidas pela organização em suas notas explicativas, como demonstrado na tabela 5. O valor inicial foi de R\$ 46.365.000, porém a empresa não incluiu nos demonstrativos uma explicação para o mesmo, logo não se sabe ao certo a qual ação esse valor se remete. O crescimento observado nos anos de 2015 e 2016 foi de 19,96% e 25,47%, respectivamente. Já em 2017, o valor cresceu de maneira significativa e passou para R\$ 499.309.000, representando um aumento de 748% no valor das contingências ambientais.

Tabela 4 - Contingências possíveis de perda, não provisionadas no balanço de 2014 a 2017

Contingências possíveis de perda, não provisionadas no balanço (em milhares de reais)	R\$ Atualizado			
	2014	2015	2016	2017
Tributárias	679.158	691.924	641.138	725.304
Cíveis	51.696	43.371	48.736	72.102
Trabalhistas	258.552	247.993	230.537	302.837
Ambiental	46.365	50.251	58.852	499.309
Total	1.035.772	1.033.539	979.263	1.599.551

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelos Relatórios Anuais de 2014 a 2017.

A companhia esclareceu em suas notas explicativas de 2017, que as ações ambientais se referiam à mudança de prognóstico relativa ao processo judicial denominado de “lama vermelha”, relacionado ao transbordo de rejeitos do depósito de resíduos da refinaria e que o valor total da causa somava em R\$ 449 milhões (ALUNORTE, 2018 – NE 16).

A empresa declarou que, para os demonstrativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes não foi adotado, pois ele se tornou obrigatório somente para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 (ALUNORTE, 2010 – NE 2.3).

Ficou evidente que a mesma não reconhece que há uma obrigação decorrente das causas relacionadas com o acidente ocorrido em 2009, mesmo que o processo já esteja sendo tratado na Justiça e que eventualmente a saída de recursos para a liquidação dessa obrigação irá ocorrer.

De acordo com o CPC 25, quando há uma saída de recursos iminente, ou seja, provável, deve-se constituir uma provisão e não uma contingência, como foi realizado pela empresa (CPC, 2009).

Durante o período analisado, não foram encontradas outras variações relevantes, nas contas do Passivo e Patrimônio Líquido, que poderiam estar ligadas ao desastre ocorrido em 2009.

4.3 Demonstração do Resultado do Exercício

Com base na análise horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), verificou-se que as receitas decresceram a uma taxa de 10,01% em 2009, enquanto o custo dos

produtos vendidos e serviços prestados teve um crescimento de 18,34%, gerando assim uma redução no lucro bruto de 95,49%, como está demonstrado na tabela 5.

Tabela 5 - Análise Vertical e Horizontal dos resultados brutos de 2008 e 2009

Demonstração do Resultado (em milhares de reais)	RELATÓRIO 2009				
	2008		2009		
	R\$ Atualizado	A.V %	R\$ Atualizado	A.V %	A.H %
Receita Líquida das Vendas	5.259.357	100	4.541.178	100	-10,01
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-3.949.252	75,09	-4.484.439	98,75	18,34
Lucro/ (Prejuízo) Bruto	1.310.105	24,91	56.739	1,25	-95,49

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Relatório Anual de 2009.

Não foram encontrados indícios de que o resultado da empresa tenha sido afetado pelo acidente ocorrido em abril de 2009, pois ao analisar as notas explicativas, foi constatado que as variações se deram somente por questões operacionais.

4.4 Outros achados

No ano de 2010, a companhia explicitou em suas notas explicativas que optou pela reelaboração e reapresentação de seus demonstrativos contábeis, em decorrência da mudança de regime utilizado para a constituição de provisão para participação dos empregados nos resultados de 2009, cujo o reconhecimento era realizado pelo regime de caixa (ALUNORTE, 2010 – NE 2.19).

Essa mudança gerou alterações nos valores das seguintes contas do BP e da DRE, “Imposto de renda e contribuição social diferidos – AC”, “Imposto de renda e contribuição social diferidos – ANC” “Salários e encargos sociais - PC”, “Reserva de Lucros - PL”, “Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados” e na subconta “Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido” (ALUNORTE, 2010 – NE 2.19).

No entanto, outras contas também apresentaram valores divergentes, como “Outros ativos”, “Outras contas a receber – partes relacionadas”, “Operações de derivativos de alumínio – líquidas”, “Operação de hedge/derivativos de alumínio”, “Outros passivos” e “Outras contas a pagar – partes relacionadas”. Para essas contas, supõe-se que os valores tenham sido realocados de uma conta para a outra, respectivamente, porém, nas notas explicativas, não há menção do motivo dessa

alteração. Já para as contas de “Receitas (despesas) operacionais” e “Remuneração dos administradores”, não foram encontradas explicações para os motivos das variações.

Nas análises do Ativo foram encontradas divergências nos valores da conta de “Outros investimentos”, “Impostos e contribuições a recuperar” e “Impostos e contribuições a recuperar sobre o resultado” referentes ao ano de 2015.

No relatório de 2015 (2015-2014), apêndice A, o valor identificado foi de R\$106.000.000. Já no relatório de 2016, essa conta não foi encontrada, logo o seu valor é igual a zero para o cálculo do ativo total, porém as somas do Ativo em ambos os relatórios se encontram iguais, desconsiderando a exclusão do valor citado.

A Alunorte não divulgou nenhuma informação, nas notas explicativas do relatório de 2016, que esclarecesse o fato. Erros nas demonstrações contábeis são passíveis de ocorrência, no entanto, as empresas devem retificar os mesmos no momento de sua descoberta, pois são informações de extrema importância para a tomada de decisão dos *stakeholders*. Nesses casos, as companhias são orientadas a seguir a resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.179 de 24 de julho de 2009, que irá tratar sobre retificação de erros (CFC, 2009).

4.5 Demais demonstrativos

No Relatório de Administração de 2009, foi descrito como ocorreu o incidente ambiental e foi garantido que a Alunorte realizou ações de curto, médio e longo prazo visando a integridade do sistema, de forma a suportar precipitações torrenciais e evitar a recorrência do problema. E ainda foi traçado um plano de ação para impedir qualquer tipo de eventos no Depósitos Resíduos Secos (DRS) e no sistema de tratamento de efluentes líquidos (ALUNORTE, 2010 – Relatório Anual).

O valor adicionado total a distribuir em 2008 foi de R\$ 1.141.348, em 2009 houve uma redução de 126,27%. Essa queda se deu em função da diminuição das receitas e no aumento dos juros e variações cambiais e da parcela repassada a financiadores (ALUNORTE, 2009).

As demonstrações financeiras dos anos de 2008 a 2010 foram auditadas pela empresa *PricewaterhouseCoopers* (PwC) e a partir de 2011, a auditoria foi assumida pela KPMG, porém, nas notas explicativas, não foi justificada o motivo da mudança.

Todos os relatórios dos auditores independentes informam que a Alumina do Norte do Brasil S.A. apresentou adequadamente suas demonstrações financeiras e foram citadas ênfases no

fato de que a parte substancial das operações da companhia são realizadas com partes relacionadas, logo todas as demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

Ainda que todos os relatórios tenham sido emitidos sem ressalva, a pesquisa obteve alguns achados que colocam em questão a confiabilidade das informações fornecidas tanto pela companhia quanto pela auditoria, uma vez que foram encontrados valores divergentes nas demonstrações analisadas dos anos de 2009 e 2015, que não são justificados em notas explicativas.

A auditoria independente tem uma posição importante quando se trata da divulgação dos demonstrativos contábeis, ela que dará credibilidade às informações apresentadas nos relatórios anuais, o que é de grande relevância para a maioria dos *stakeholders*, principalmente para os primários, grupo que consiste nas partes diretamente interessadas na companhia (CLARKSON, 1995).

Em 2009, não houve menção do desastre ambiental por parte dos auditores, por conseguinte não foi esclarecido como esse ocorrido poderia afetar a situação patrimonial da empresa.

No *site* da empresa foram encontrados dois relatórios de sustentabilidade, um compreendendo os anos de 2008 e 2009 e o outro 2010 e 2011. Na seção de desempenho ambiental foram expostas as mesmas informações e ações apontadas no Relatório da Administração de 2009, em relação ao desastre. Em ambos os relatórios são apresentadas os totais de investimentos e gastos em proteção ambiental, no entanto, esses valores não foram encontrados, de fato, nos demonstrativos contábeis.

Se a empresa, efetivamente, realiza o que foi encontrado nesses relatórios, em questões de gastos e investimentos, ela deveria selecionar o que pode ser contabilizado, de acordo com a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, e reconhecer esses montantes nos seus demonstrativos (CFC, 2004).

A partir de 2012, os relatórios anuais passaram a ser publicados somente do Diário Oficial do Estado do Pará e com isso o acesso às informações sobre a Alunorte se tornou mais difícil. Não foram encontrados relatórios de sustentabilidade posteriores a 2011, porém há um tópico específico para tratar de informações ambientais no Relatório de Administração. Nos anos de 2012 a 2017, foram tratados nesse item assuntos como licenças ambientais, prêmios recebidos pela companhia e realização de treinamentos e não foram registradas ocorrências ambientais externas.

Percebe-se que a menção de informações ambientais ligadas ao acidente só ocorreu no primeiro ano e não houve um acompanhamento e nem uma confirmação de ações realizadas com

o intuito de mitigar esse problema. Os acontecimentos de 2018 colocam em questão a veracidade dos dados divulgados em 2009. Esse problema não deveria ter ocorrido novamente, pois a empresa confirmou que havia realizado um planejamento para isso.

De acordo com a teoria dos *stakeholders*, a suspensão da publicação dos relatórios de sustentabilidade e dos relatórios anuais no *site* da empresa, reduziu significativamente a quantidade de informações ambientais e sociais disponíveis sobre a empresa, prejudicando o repasse das mesmas aos *stakeholders*, pois esses são os principais canais de comunicação da companhia com seus agentes externos (EUGÉNIO, 2010).

Pode-se perceber que a divulgação de informações sobre o desastre tanto no relatório de sustentabilidade, quanto no da administração, foi realizada somente como instrumento de legitimação das atividades da companhia, com o intuito de alterar a percepção do público em relação a organização e o seu envolvimento com o acidente (LINDBLOM, 1994).

A teoria da legitimidade explica que a falta de evidenciação de informações financeiras relacionadas ao desastre também pode estar ligada a uma tentativa da empresa de alterar a expectativa dos agentes e do público externo quanto aos seus resultados (LINDBLOM, 1994).

4.6 Perspectivas para os relatórios de 2018

O acidente de 2018 causou uma enorme repercussão comparado ao de 2009. Espera-se que a empresa tenha uma postura diferente e aumente o nível do *disclosure* de informações de caráter ambiental e as divulgue em *sites* de fácil acesso, como a sua página oficial (<https://www.hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/>), facilitando a comunicação com seus *stakeholders*.

De acordo com a NBC T15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, a companhia poderá reconhecer os gastos e investimentos realizados com a recuperação do meio ambiente, a quantidade de processos, sejam ambientais, administrativos ou judiciais e ainda o valor das multas e indenizações, determinadas de maneira administrativa ou judicial (CFC, 2004).

Para o reconhecimento e mensuração dos processos e multas que ainda não foram liquidados, a empresa deverá utilizar o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos

Contingentes como orientação, pois como a empresa está constantemente recorrendo na justiça, algumas dessas obrigações podem ter prazos incerto (CPC, 2009).

A empresa também deverá reconhecer em seus demonstrativos os efeitos causados pela diminuição de seu funcionamento, o que acarretou em uma queda na produção. Logo, uma redução no lucro do exercício é prevista, já que a empresa foi obrigada judicialmente a reduzir as operações, o que pode causar um aumento dos custos e diminuição das receitas.

Já a Norsk Hydro, empresa controladora, deverá, se necessário, reconhecer as baixas contábeis na Alunorte e na mina de bauxita de Paragominas e *impairments* nas outras fábricas com atividades diretamente ligadas ao refino da alumina, como foi citado pela agência Reuters (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi verificar quais foram os impactos ocasionados nos demonstrativos contábeis da empresa Alumina do Norte do Brasil S.A. em função da tragédia ocorrida em Barcarena – PA, no ano de 2009.

A conta que sofreu o maior impacto em decorrência do acidente em 2009, foi a de “Contingências possíveis de perda, não provisionadas no balanço” que é somente divulgada em notas explicativas, pois mesmo que o dano já tenha sido causado e as multas e sanções já tenham sido aplicadas, a empresa alega que ainda não há uma obrigação constituída.

Os relatórios de sustentabilidade, publicados em 2009 e 2011, trazem vários assuntos relacionados ao meio ambiente e à sociedade, porém são utilizados somente como uma forma de legitimarem as atividades da empresa, considerando que no relatório de 2011 nada foi citado sobre ações de recuperação do meio ambiente após o acidente ambiental. Depois desse ano, a empresa parou de emití-los e passou a incluir essas informações somente no relatório da administração.

Além disso, a auditoria independente não realizou comentários, em seus pareceres, sobre o desastre ambiental ocorrido em abril e seu impacto na situação patrimonial da entidade. Espera-se que o desastre de 2018 afete os demonstrativos contábeis, pois a empresa foi obrigada judicialmente a reduzir suas operações pela metade, o que decorre em um aumento de custos e diminuição de receitas, afetando o resultado da companhia.

Um dos fatores limitantes da pesquisa se dá pelo fato da Alunorte ser uma empresa de capital fechado, logo não há a obrigatoriedade de divulgação de suas informações, por isso foi encontrada uma certa dificuldade na captação de informações. Outro aspecto que limita a pesquisa é o uso de apenas uma análise descritiva, utilizando como ferramenta apenas a análise vertical e horizontal nos demonstrativos. E como a pesquisa foi desenvolvida em um período anterior ao encerramento do exercício, não foi possível realizar uma análise mais elaborada em relação aos acontecimentos contábeis do ano de 2018.

Assim sugere-se que os trabalhos futuros proponham o desenvolvimento de uma pesquisa que analise os demonstrativos do ano de 2017 e 2018, em comparação com os de 2008 e 2009 e descrevam quais foram as diferenças nas principais contas, comparando os dois desastres ambientais. E ainda que verifiquem o que as empresas mineradoras, com um alto potencial poluidor, realizam para recuperar o meio ambiente e como isso é registrado nos demonstrativos contábeis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A. **Relatório anual 2011**. 2012. Disponível em: ≤ <https://www.hydro.com/globalassets/4-brasil/download-center/hydro-alunorte---relatorio-anual/relatorio-anual-2011.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

_____. **Relatório anual 2010**. 2011. Disponível em: <<https://www.hydro.com/globalassets/4-brasil/download-center/hydro-alunorte---relatorio-anual/relatorio-anual-2010.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

_____. **Relatório anual de 2009**. 2010. Disponível em: <<https://www.hydro.com/globalassets/4-brasil/download-center/hydro-alunorte---relatorio-anual/relatorio-anual-2009.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

_____. **Relatório de sustentabilidade 2008-2009**. Disponível em: <<https://www.hydro.com/globalassets/4-brasil/download-center/hydro-alunorte---relatorio-sustentabilidade/relatorio-sustentabilidade-2008-2009.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

_____. **Relatório de sustentabilidade 2010-2011**. Disponível em: <<https://www.hydro.com/globalassets/4-brasil/download-center/hydro-alunorte---relatorio-sustentabilidade/relatorio-sustentabilidade-2010-2011.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

_____. **Relatório anual 2012**. 2013. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/diarios/2013/04/22/2013.04.22.DOE_0.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2018.

_____. **Relatório anual 2016**. 2017. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/diarios/2017/04/25/2017.04.25.DOE_0.pdf>. Acesso em: 26 de abril de 2018.

_____. **Relatório anual 2013**. 2014. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/diarios/2014/04/24/2014.04.24.DOE_0.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

_____. **Relatório anual 2014**. 2015. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/diarios/2015/04/29/2015.04.29.DOE_0.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2018.

_____. **Relatório anual 2015**. 2016. Disponível em:
http://www.ioepa.com.br/diarios/2016/03/28/2016.03.28.DOE_0.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2018.

_____. **Relatório anual 2017**. 2018. Disponível em:
http://www.ioepa.com.br/diarios/2016/03/28/2016.03.28.DOE_0.pdf. Acesso em: 29 de abril de 2018.

ASSAF NETO, A e SILVA, C. A. T. **Administração do Capital de Giro**. 4.ed., Atlas, 2012, São Paulo, SP.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do Cidadão**. Disponível em:
<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>. Acesso em: 04 e 05 de junho de 2018

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. Contabilidade e riscos ambientais. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro: v.6, n.11, junho de 1999.

BRASIL, 1988. **Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1988**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em: 07 de maio de 2018.

BRASIL DE FATO (2018, 05 abril). **CPI investigará crimes ambientais em Barcarena**. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2018/04/05/cpi-investigara-crimes-ambientais-em-barcarena/>. Acesso em: 20 de maio de 2018

BREMENKAMP, Fabiano Helmer; ALMEIDA, José Elias Feres de; PEREIRA, Maria Mariete Aragão Melo. Análise do *disclosure* relacionado a acidentes ambientais da Petrobras após a Lei nº 11.638/07. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 6, n. 3, 2012.

CAMPOE CORREA, Juliane; NEUMANN GONÇALVES, Marguit; DE OLIVEIRA MORAES, Romildo. *Disclosure* ambiental das companhias do setor de petróleo, gás e biocombustíveis listadas na bm&fbovespa: uma análise à luz da teoria da legitimidade. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, 2015.

CAMPOS, Filipe Barreto *et al.* A saga da samarco: as revelações do relatório contábil-financeiro após o desastre de mariana. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 11, n. 2, p. 140-158, 2017.

CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL. **Polo ambiental causa danos socioambientais em Barcarena (PA) 2013**. Disponível em:
<http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/ExibeVerbete.aspx?verid=35>. Acesso em: 01 de maio de 2015.

CLARKSON, M., B., E. *A Stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. The Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.003/04, de 19 de agosto de 2004.** Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc>. Acesso em: 29 de abril de 2018.

_____. **Resolução nº 1.179, de 24 de julho de 2009.** Dispõe sobre Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1179_2009.htm>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.** 2009. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif/manual/0902177180ac075a.htm?fullName=1.%20Pronunciamento%20T%C3%A9cnico%20CPC%2025%20-%20Provis%C3%B5es,%20Passivos%20Contingentes%20e%20Ativos%20Contingentes>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

DANTAS, José Alves *et al.* A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2008.

DA SILVA, Thaís Brasil Barros; LOPES, Fernanda Jaqueline; DE SOUZA FREIRE, Fátima. *Desastre em Mariana-MG: Uma análise descritiva dos impactos nos relatórios da empresa Samarco SA*, 2017.

DEEGAN, Craig. Introduction: *The legitimising effect of social and environmental disclosures—a theoretical foundation. Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

DO NASCIMENTO, Artur Roberto *et al.* *Disclosure social e ambiental: análise das pesquisas científicas veiculadas em periódicos de língua inglesa. Contabilidade Vista & Revista*, v. 20, n. 1, 2009.

EUGÊNIO, Teresa. Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, 2010.

FREEMAN, R. E.; McVEA, J. *A stakeholder approach to strategic management.* In: HITT, M.; FREEMAN, E.; HARRISON, J. *Handbook of strategic management. Oxford: Blackwell Publishing*, 2000. p. 189-207.

GARCIA, Roberto Luiz Mendonça; PELEIAS, Ivam Ricardo; PETERS, Marcos Reinald Severino. A teoria da legitimidade e as práticas de evidenciação da Norma ISSO 14001 por

empresas brasileiras. In: **Anais do XIV Congresso USP Controladoria e Contabilidade**, São Paulo. 2014.

G1 PA (2018, fev 23). **Hydro Alunorte, acusada de vazamento de rejeitos, já foi multada em 2009 por esse crime**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/hydro-alunorte-acusada-de-vazamento-de-rejeitos-ja-foi-multada-em-2009-por-esse-crime.ghtml>>. Acesso em: 16 de abril de 2018.

G1 PA (2018, abr 09). **Justiça determina que Hydro Alunorte pague R\$ 150 milhões por danos ambientais em Barcarena**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/justica-determina-que-alunorte-deposite-r-150-milhoes-por-danos-ambientais-em-barcarena.ghtml>>. Acesso em: 15 de abril de 2018.

G1 PA (2018, mai 08). **CPI sobre desastre ambiental em Barcarena vai a justiça para conseguir filmagens feitas pela Hydro**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/cpi-sobre-desastre-ambiental-em-barcarena-vai-a-justica-para-conseguir-filmagens-feitas-pela-hydro.ghtml>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

HYDRO. **Refino da alumina**. 2016. Disponível em: <<https://www.hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/sobre-o-aluminio/ciclo-de-vida-do-aluminio/refino-da-alumina/>>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

_____. **A Hydro no Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www.hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/operacoes-no-brasil/barcarena/hydro-alunorte/>>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

_____. **Acordo entre Vale e a norueguesa Hydro cria gigante mundial do alumínio**. 2010. Disponível em: <<https://www.hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/Imprensa/Noticias/2010/Hydro-takes-over-Vales-aluminium-business-in-transforming-transaction/>>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

_____. **Relatório de acidentes ambientais 2009**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/emergenciasambientais/relatorios/2009-ibama-relatorio-acidentes-ambientais.pdf>>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

_____. **Transbordo de águas pluviais na Hydro Alunorte em 2009**. 2011. Disponível em: <<https://www.hydro.com/contentassets/2589a01c159f489b94fac3211d2171f5/transbor-do.pdf>>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

LINDBLOM, C. *The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure*. **Presented at Critical Perspectives on Accounting Conference**, New York, NY, 1994.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ (2016, out 26). **Ministério Público pede fornecimento urgente de água potável à população**. Disponível em: <<http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=7194&class=N>>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

NASCIMENTO, Luis Felipe. Gestão ambiental e sustentabilidade. **Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC**, 2012.

PENEDO, J.; PIMENTEL, L.; MAGRO, N.; TABUCHO, P. Contabilidade ambiental: divulgação de informação. **In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE**, 10., Estoril, 2004. Anais. Portugal, 2004.

PENNA, Carlos Gabaglia. **Efeitos da mineração no meio ambiente**. 2009. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/colunas/carlos-gabaglia-penna/20837-efeitos-da-mineracao-no-meio-ambiente/>>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

REUTERS (2018, 25 abril). **Norsk Hydro deve descumprir meta de corte de custos em meio a problemas no Brasil**. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN1HW1PS-OBRBS>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; MURCIA, Fernando Dal Ri. Características do disclosure ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. **Contextus**, v. 7, n. 1, 2009.

SANTOS, Adalto de Oliveira *et al.* Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**. v. 12, n. 27, p. 89-99, 2001

APÊNDICE A – Análise Vertical e Horizontal do Balanço Patrimonial de 2008 a 2017.

RELATÓRIO ANUAL 2009							
Balanço Patrimonial	2008	2008-Atualizado	A.V % 08	2009	2009-Atualizado	A.V % 09	A.H % 09
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	188.885	324.887	2,79	33.213	54.815	0,53	-82,42
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	274.077	471.419	4,05	225.455	372.091	3,58	-17,74
Estoques	491.571	845.514	7,27	315.578	520.831	5,01	-35,80
Outras contas a receber:		0			0		
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-
Terceiros	-	-	-	361	596	0,0057	-
<i>Hedge Accounting</i>	34.783	59.828	0,51	-	-	-	-
Depósitos em garantia	14.581	25.080	0,22	13.848	22.855	0,22	-5,03
Impostos e contribuições a recuperar	113.903	195.916	1,68	48.507	80.056	0,77	-57,41
Impostos e contribuições a recuperar sobre o resultado	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.361	2.341	0,02	994	1.641	0,0158	-26,97
Adiantamentos a fornecedores	557	958	0,0082	1.402	2.314	0,0223	151,71
Despesas antecipadas	1.089	1.873	0,016	2.533	4.180	0,04	132,60
Outros ativos/outros recebíveis	5.386	9.264	0,08	3.939	6.501	0,06	-26,87
Total do Ativo Circulante	1.126.193	1.937.080	16,65	645.830	1.065.879	10,26	-42,65
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	476	818.731.7096	0,007	187	308.625.2675	0,003	-60,714
Impostos e contribuições a recuperar	243.815	419.368	3,60	352.584	581.906	5,60	44,61
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	12.256	21.081	0,18	13.921	22.975	0,22	13,59
Investimentos	98	168.562.4108	0,0014	107	176.593.0675	0,0017	9,1837
Imobilizado	5.300.280	9.116.612	78,36	5.209.894	8.598.422	82,78	-1,71
Intangível	4.515	7.766	0,07	5.598	9.239	0,09	23,99
Diferido	76.085	130.868	1,12	64.913	107.133	1,03	-14,68
Outros ativos	405	697	0,006	682	1.126	0,0108	68,40
Total do Ativo Não Circulante	5.637.930	9.697.378	83,35	5.647.886	9.321.285	89,74	0,18
Total do Ativo	6.764.123	11.634.458	100,00	6.293.716	10.387.165	100,00	-6,95
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos:		0			0		
Partes relacionadas	52.342	90.030	0,77	37.365	61.667	0,59	-28,61
Terceiros	20.394	35.078	0,30	3.974	6.559	0,06	-80,51
Fornecedores:		0			0		
Partes relacionadas	142.577	245.236	2,11	69.819	115.229	1,11	-51,03
Terceiros	182.137	313.280	2,69	103.343	170.558	1,64	-43,26
Arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições	4.033	6.937	0,06	16.499	27.230	0,26	309,10
Salários e encargos sociais	8.366	14.390	0,12	7.485	12.353	0,12	-10,53
Outras contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	14.829	25.506	0,22	55.395	91.424	0,88	273,56
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	27.640	45.617.1251	0,44	-
Outros passivos	120	206.402.952	0,0018	733	1209.745.033	0,01	510,83
Total do Passivo Circulante	424.798	730.663	6,28	322.253	531.847	5,12	-24,14
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos:							
Partes relacionadas	480.014	825.636	7,10	914.822	1.509.825	14,54	90,58
Terceiros	1.519.050	2.612.803	22,46	539.772	890.841	8,58	-64,47
Arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Provisões	629	1082	0,0093	29	47.861.6725	0,0005	-95,39
Total do Passivo Não Circulante	1.999.693	3.439.521	29,56	1.454.623	2.400.713	23,11	-27,26
Total do Passivo	2.424.491	4.170.184	35,84	1.776.876	2.932.561	28,23	-26,71
Patrimônio Líquido							
Capital social:							
Residentes no país	1.799.621	3.095.392	26,61	1.799.621	2.970.099	28,59	0,00
Residentes no exterior	1.167.544	2.008.204	17,26	1.167.544	1.926.918	18,55	0,00
Reservas de capital	38.651	66.481	0,57	38.046	62.791	0,60	-1,57
Reservas de lucros	1.333.816	2.294.196	19,72	1.511.629	2.494.796	24,02	13,33
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	4.339.632	7.464.274	64,16	4.516.840	7.454.604	71,77	4,08
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	6.764.123	11.634.458	100,00	6.293.716	10.387.165	100,00	-6,95

Continuação

RELATÓRIO ANUAL 2010							
Balanco Patrimonial	2009	2009-Atualizado	A.V % 092	2010	2010-Atualizado	A.V % 10	A.H % 10
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	33.213	54.815	0,53	31.955	49.925	0,50	-3,79
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	225.455	372.091	3,58	257.636	402.519	4,03	14,27
Estoques	315.578	520.831	5,01	315.289	492.594	4,93	-0,09
Outras contas a receber:		0			0		
Partes relacionadas	197	325	0,0031	22.596	35.303	0,35	-
Terceiros	361	596	0,0057	-	-	-	-
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos em garantia	13.848	22.855	0,22	95.187	148.716	1,49	587,37
Impostos e contribuições a recuperar	48.507	80.056	0,77	79.454	124.136	1,24	63,80
Impostos e contribuições a recuperar sobre o resultado	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	1.402	2.314	0,0223	2.632	4.112	0,04	87,73
Despesas antecipadas	2.533	4.180	0,04	2.261	3.532	0,04	-10,74
Outros ativos/outros recebíveis	3.742	6.176	0,06	9.614	15.021	0,15	156,92
Total do Ativo Circulante	644.836	1.064.239	10,24	816.624	1.275.858	12,78	26,45
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.582	7.562	0,073	4.425	6.913	0,07	-3,43
Impostos e contribuições a recuperar	352.584	581.906	5,60	405.131	632.959	6,34	14,90
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	13.921	22.975	0,22	17.190	26.857	0,27	23,48
Investimentos	107	177	0,0017	-	-	-	-
Imobilizado	5.209.894	8.598.422	82,73	5.087.747	7.948.877	79,60	-2,34
Intangível	5.598	9.239	0,09	6.250	9.765	0,10	11,65
Diferido	64.913	107.133	1,03	53.741	83.963	0,84	-17,21
Outros ativos	682	1.126	0,0108	810	1.266	0,01	18,77
Total do Ativo Não Circulante	5.652.281	9.328.539	89,76	5.575.294	8.710.600	87,22	-1,29
Total do Ativo	6.297.117	10.392.778	100,00	6.391.918	9.986.458	100,00	1,56
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos:		0			0		
Partes relacionadas	37.365	61.667	0,59	104.546	163.338	1,64	179,80
Terceiros	3.974	6.559	0,06	268.770	419.915	4,20	6.663,21
Fornecedores:		0			0		
Partes relacionadas	69.819	115.229	1,11	77.463	121.025	1,21	10,95
Terceiros	103.343	170.558	1,64	106.682	166.675	1,67	3,23
Arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições	16.499	27.230	0,26	14.962	23.376	0,23	-9,32
Salários e encargos sociais	17.487	28.861	0,28	18.442	28.813	0,29	5,46
Outras contas a pagar - partes relacionadas	394	650	0,0063	6.358	9.933	0,10	1.513,71
Provisões	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	55.395	91.424	0,88	37.427	58.474	0,59	-32,44
<i>Hedge Accounting</i>	27.640	45.617	0,44	-	-	-	-
Outros passivos	339	559	0,01	394	616	0,01	-46,25
Total do Passivo Circulante	332.255	548.354	5,28	635.044	992.165	9,94	97,06
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos:							
Partes relacionadas	914.822	1.509.825	14,53	772.880	1.207.514	12,09	-15,52
Terceiros	539.772	890.841	8,57	344.347	537.993	5,39	-36,21
Arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Provisões	29	48	0,0005	31	48	0,0005	6,90
Total do Passivo Não Circulante	1.454.623	2.400.713	23,10	1.117.258	1.745.556	17,48	-23,19
Total do Passivo	1.786.878	2.949.068	28,38	1.752.302	2.737.721	27,41	-1,38
Patrimônio Líquido							
Capital social:							
Residentes no país	1.799.621	2.970.099	28,58	1.799.621	2.811.650	28,15	0,00
Residentes no exterior	1.167.544	1.926.918	18,54	1.167.544	1.824.121	18,27	0,00
Reservas de capital	38.046	62.791	0,60	37.441	58.496	0,59	-1,59
Reservas de lucros	1.505.028	2.483.902	23,90	1.635.010	2.554.469	25,58	8,64
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	4.510.239	7.443.710	71,62	4.639.616	7.248.737	72,59	2,72
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	6.297.117	10.392.778	100,00	6.391.918	9.986.458	100,00	1,56

Continuação

Balanco Patrimonial	RELATÓRIO ANUAL 2011						
	2010	2010-Atualizado	A.V % 102	2011	2011-Atualizado	A.V % 11	A.H % 11
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	31.955	49.925	0,50	38.837	56.899	0,58	21,54
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	257.636	402.519	4,03	234.387	343.392	3,50	-9,02
Estoques	315.289	492.594	4,93	449.631	658.738	6,71	42,61
Outras contas a receber:		0			0		
Partes relacionadas	22.596	35.303	0,35	21.435	31.404	0,32	-5,14
Terceiros	-	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos em garantia	95.187	148.716	1,49	134.807	197.501	2,01	41,62
Impostos e contribuições a recuperar	79.454	124.136	1,24	37.901	55.527	0,57	-52,30
Impostos e contribuições a recuperar sobre o resultado	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	2.632	4.112	0,04	4.258	6.238	0,06	61,78
Despesas antecipadas	2.261	3.532	0,04	4.553	6.670	0,07	101,37
Outros ativos/outros recebíveis	9.614	15.021	0,15	15.232	22.316	0,23	58,44
Total do Ativo Circulante	816.624	1.275.858	12,78	941.041	1.378.685	14,04	15,24
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.425	6.913	0,07	37.527	54.979	0,56	748,07
Impostos e contribuições a recuperar	405.131	632.959	6,34	600.568	879.870	8,96	48,24
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	17.190	26.857	0,27	30.462	44.629	0,45	77,21
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	5.087.747	7.948.877	79,60	5.047.014	7.394.198	75,28	-0,80
Intangível	6.250	9.765	0,10	4.235	6.205	0,06	-32,24
Diferido	53.741	83.963	0,84	42.569	62.366	0,63	-20,79
Outros ativos	810	1.266	0,01	901	1.320	0,01	11,23
Total do Ativo Não Circulante	5.575.294	8.710.600	87,22	5.763.276	8.443.568	85,96	3,37
Total do Ativo	6.391.918	9.986.458	100,00	6.704.317	9.822.253	100,00	4,89
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos:		0			0		
Partes relacionadas	104.546	163.338	1,64	98.929	144.937	1,48	-5,37
Terceiros	268.770	419.915	4,20	640.361	938.170	9,55	138,26
Fornecedores:		0			0		
Partes relacionadas	77.463	121.025	1,21	104.385	152.931	1,56	34,75
Terceiros	106.682	166.675	1,67	238.578	349.532	3,56	123,63
Arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições	14.962	23.376	0,23	4.654	6.818	0,07	-68,89
Salários e encargos sociais	18.442	28.813	0,29	25.298	37.063	0,38	37,18
Outras contas a pagar - partes relacionadas	6.358	9.933	0,10	672	985	0,01	-89,43
Provisões	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	37.427	58.474	0,59	-	-	-	-
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	394	616	0,01	770	1.128	0,01	95,43
Total do Passivo Circulante	635.044	992.165	9,94	1.113.647	1.631.564	16,61	75,37
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos:							
Partes relacionadas	772.880	1.207.514	12,09	773.427	1.133.120	11,54	0,07
Terceiros	344.347	537.993	5,39	193.831	283.975	2,89	-43,71
Arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Provisões	31	48	0,0005	48.464	71.003	0,72	156.235,48
Total do Passivo Não Circulante	1.117.258	1.745.556	17,48	1.015.722	1.488.098	15,15	-9,09
Total do Passivo	1.752.302	2.737.721	27,41	2.129.369	3.119.662	31,76	21,52
Patrimônio Líquido							
Capital social:							
Residentes no país	1.799.621	2.811.650	28,15	1.799.621	2.636.560	26,84	0,00
Residentes no exterior	1.167.544	1.824.121	18,27	1.167.544	1.710.527	17,41	0,00
Reservas de capital	37.441	58.496	0,59	36.788	53.897	0,55	-1,74
Reservas de lucros	1.635.010	2.554.469	25,58	1.570.995	2.301.608	23,43	-3,92
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	4.639.616	7.248.737	72,59	4.574.948	6.702.591	68,24	-1,39
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	6.391.918	9.986.458	100,00	6.704.317	9.822.253	100,00	4,89

Continuação

RELATÓRIO ANUAL DE 2012							
Balanco Patrimonial	2011	2011-Atualizado	A.V % 112	2012	2012-Atualizado	A.V % 12	A.H % 12
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	38.837	56.899	0,58	120.113	166.745	1,69	209,27
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	234.387	343.392	3,50	230.880	320.516	3,25	-1,50
Estoques	449.631	658.738	6,71	514.967	714.897	7,25	14,53
Outras contas a receber:		0			0		
Partes relacionadas	21.435	31.404	0,32	17.878	24.819	0,25	-16,59
Terceiros	-	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	1.721	2.389	0,02	-
Depósitos em garantia	134.807	197.501	2,01	6.380	8.857	0,09	-95,27
Impostos e contribuições a recuperar	37.901	55.527	0,57	38.973	54.104	0,55	2,83
Impostos e contribuições a recuperar sobre o resultado	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	4.258	6.238	0,06	33.913	47.079	0,48	696,45
Despesas antecipadas	4.553	6.670	0,07	1.912	2.654	0,03	-58,01
Outros ativos/outros recebíveis	15.232	22.316	0,23	19.226	26.690	0,27	26,22
Total do Ativo Circulante	941.041	1.378.685	14,04	985.963	1.368.752	13,88	4,77
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.527	54.979	0,56	286.569	397.826	4,03	663,63
Impostos e contribuições a recuperar	600.568	879.870	8,96	813.469	1.129.289	11,45	35,45
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	2.304	3.199	0,03	-
Depósitos judiciais	30.462	44.629	0,45	33.182	46.065	0,47	8,93
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	5.047.014	7.394.198	75,28	4.946.848	6.867.403	69,64	-1,98
Intangível	4.235	6.205	0,06	2.805	3.894	0,04	-33,77
Diferido	42.569	62.366	0,63	31.397	43.587	0,44	-26,24
Outros ativos	901	1.320	0,01	925	1.284	18,66	2,66
Total do Ativo Não Circulante	5.763.276	8.443.568	85,96	6.117.499	8.492.546	86,12	6,15
Total do Ativo	6.704.317	9.822.253	100,00	7.103.462	9.861.297	100,00	5,95
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos:		0			0		
Partes relacionadas	98.929	144.937	1,48	107.538	149.288	1,51	8,70
Terceiros	640.361	938.170	9,55	1.318.355	1.830.191	18,56	105,88
Fornecedores:		0			0		
Partes relacionadas	104.385	152.931	1,56	127.607	177.149	1,80	22,25
Terceiros	238.578	349.532	3,56	184.980	256.796	2,60	-22,47
Arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições	4.654	6.818	0,07	4.958	6.883	0,07	6,53
Salários e encargos sociais	25.298	37.063	0,38	26.228	36.411	0,37	3,68
Outras contas a pagar - partes relacionadas	672	985	0,01	3.570	4.956	0,05	431,25
Provisões	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	770	1.128	0,01	820	1.138	0,0115	6,49
Total do Passivo Circulante	1.113.647	1.631.564	16,61	1.774.056	2.462.812	24,97	59,30
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos:							
Partes relacionadas	773.427	1.133.120	11,54	737.250	1.023.479	10,38	-4,68
Terceiros	193.831	283.975	2,89	-	-	-	-
Arrendamento financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Provisões	48.464	71.003	0,72	51.887	72.032	0,73	7,06
Total do Passivo Não Circulante	1.015.722	1.488.098	15,15	789.137	1.095.510	11,11	-22,31
Total do Passivo	2.129.369	3.119.662	31,76	2.563.193	3.558.322	36,08	20,37
Patrimônio Líquido							
Capital social:							
Residentes no país	1.799.621	2.636.560	26,84	2.075.433	2.881.195	29,22	15,33
Residentes no exterior	1.167.544	1.710.527	17,41	1.342.732	1.864.032	18,90	15,00
Reservas de capital	36.788	53.897	0,55	36.183	50.231	0,51	-1,64
Reservas de lucros	1.570.995	2.301.608	23,43	1.083.265	1.503.830	15,25	-31,05
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	2.656	3.687	0,04	-
Total do Patrimônio Líquido	4.574.948	6.702.591	68,24	4.540.269	6.302.975	63,92	-0,76
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	6.704.317	9.822.253	100,00	7.103.462	9.861.297	100,00	5,95

Continuação

RELATÓRIO ANUAL DE 2013							
Balço Patrimonial	2012	2012-Atualizado	A.V% 12	2013	2013-Atualizado	A.V % 13	A.H % 13
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	120.113	166.745	1,69	36.146	45.346	0,47	-69,91
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	230.880	320.516	3,25	330.725	414.901	4,33	43,25
Estoques	514.967	714.897	7,25	497.421	624.024	6,51	-3,41
Outras contas a receber:		0			0		
Partes relacionadas	17.878	24.819	0,25	14.531	18.229	0,19	-18,72
Terceiros	-	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge Accounting</i>	1.721	2.389	0,02	-	-	-	-
Depósitos em garantia	6.380	8.857	0,09	3.230	4.052	0,04	-49,37
Impostos e contribuições a recuperar	38.973	54.104	0,55	54.245	68.051	0,71	39,19
Impostos e contribuições a recuperar sobre o resultado	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	33.913	47.079	0,48	6.457	8.100	0,08	-80,96
Despesas antecipadas	1.912	2.654	0,03	2.428	3.046	0,03	26,99
Outros ativos/outros recebíveis	19.226	26.690	0,27	12.826	16.090	0,17	-33,29
Total do Ativo Circulante	985.963	1.368.752	13,88	958.009	1.201.840	12,54	-2,84
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	286.569	397.826	4,03	619.162	776.750	8,10	116,06
Impostos e contribuições a recuperar	813.469	1.129.289	11,45	987.057	1.238.281	12,92	21,34
<i>Hedge Accounting</i>	2.304	3.199	0,03	-	-	-	-
Depósitos judiciais	33.182	46.065	0,47	39.027	48.960	0,51	17,61
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	4.946.848	6.867.403	69,64	5.014.440	6.290.706	65,63	1,37
Intangível	2.805	3.894	0,04	1.514	1.899	0,02	-46,02
Diferido	31.397	43.587	0,44	20.264	25.422	0,27	-35,46
Outros ativos	925	1.284	18,66	781	980	0,0102	-15,57
Total do Ativo Não Circulante	6.117.499	8.492.546	86,12	6.682.245	8.382.998	87,46	9,23
Total do Ativo	7.103.462	9.861.297	100,00	7.640.254	9.584.838	100,00	7,56
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos:		0			0		
Partes relacionadas	107.538	149.288	1,51	121.690	152.662	1,59	13,16
Terceiros	1.318.355	1.830.191	18,56	1.832.395	2.298.773	23,98	38,99
Fornecedores:		0			0		
Partes relacionadas	127.607	177.149	1,80	100.821	126.482	1,32	-20,99
Terceiros	184.980	256.796	2,60	224.831	282.055	2,94	21,54
Arrendamento financeiro	-	-	-	4.303	5.398	0,06	-
Impostos e contribuições	4.958	6.883	0,07	5.024	6.303	0,07	1,33
Salários e encargos sociais	26.228	36.411	0,37	25.606	32.123	0,34	-2,37
Outras contas a pagar - partes relacionadas	3.570	4.956	0,05	5.819	7.300	0,08	63,00
Provisões	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	20.780	26.069	0,27	-
Outros passivos	820	1.138	0,0115	71	89	0,0009	-91,34
Total do Passivo Circulante	1.774.056	2.462.812	24,97	2.341.340	2.937.254	30,64	31,98
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos:							
Partes relacionadas	737.250	1.023.479	10,38	724.422	908.801	9,48	-1,74
Terceiros	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento financeiro	-	-	-	193.935	243.295	2,54	-
Provisões	51.887	72.032	0,73	117.485	147.387	1,54	126,42
Total do Passivo Não Circulante	789.137	1.095.510	11,11	1.035.842	1.299.483	13,56	31,26
Total do Passivo	2.563.193	3.558.322	36,08	3.377.182	4.236.736	44,20	31,76
Patrimônio Líquido							
Capital social:							
Residentes no país	2.075.433	2.881.195	29,22	2.301.074	2.886.739	30,12	10,87
Residentes no exterior	1.342.732	1.864.032	18,90	1.486.053	1.864.281	19,45	10,67
Reservas de capital	36.183	50.231	0,51	35.577	44.632	0,47	-1,67
Reservas de lucros	1.083.265	1.503.830	15,25	454.083	569.655	5,94	-58,08
Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.656	3.687	0,04	-13.715	-17.206	-0,18	-616,38
Total do Patrimônio Líquido	4.540.269	6.302.975	63,92	4.263.072	5.348.101	55,80	-6,11
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	7.103.462	9.861.297	100,00	7.640.254	9.584.838	100,00	7,56

Continuação

RELATÓRIO ANUAL DE 2014							
Balanco Patrimonial	2013	2013-Atualizado	A.V % 132	2014	2014-Atualizado	A.V % 14	A.H % 14
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	36.146	45.346	0,47	127.241	153.999	1,66	252,02
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	330.725	414.901	4,33	112.875	136.612	1,47	-65,87
Estoques	497.421	624.024	6,51	464.205	561.823	6,05	-6,68
Outras contas a receber:		0			0		
Partes relacionadas	14.531	18.229	0,19	7.292	8.825	0,10	-49,82
Terceiros	-	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos em garantia	3.230	4.052	0,04	6.580	7.964	0,09	103,72
Impostos e contribuições a recuperar	54.245	68.051	0,71	209.174	253.161	2,73	285,61
Impostos e contribuições a recuperar sobre o resultado	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	6.457	8.100	0,08	22.439	27.158	0,29	247,51
Despesas antecipadas	2.428	3.046	0,03	2.608	3.156	0,03	7,41
Outros ativos/outros recebíveis	12.826	16.090	0,17	7.814	9.457	0,10	-39,08
Total do Ativo Circulante	958.009	1.201.840	12,54	960.228	1.162.155	12,52	0,23
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	619.162	776.750	8,10	734.246	888.651	9,57	18,59
Impostos e contribuições a recuperar	987.057	1.238.281	12,92	989.051	1.197.039	12,89	0,20
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	39.027	48.960	0,51	57.197	69.225	0,75	46,56
Investimentos	-	-	-	672	813	0,0088	-
Imobilizado	5.014.440	6.290.706	65,63	4.901.798	5.932.601	63,90	-2,25
Intangível	1.514	1.899	0,02	18.366	22.228	0,24	1.113,08
Diferido	20.264	25.422	0,27	9.211	11.148	0,12	-54,55
Outros ativos	781	980	0,0102	-	-	-	-
Total do Ativo Não Circulante	6.682.245	8.382.998	87,46	6.710.541	8.121.706	87,48	0,42
Total do Ativo	7.640.254	9.584.838	100,00	7.670.769	9.283.861	100,00	0,40
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos:		0			0		
Partes relacionadas	121.690	152.662	1,59	138.582	167.725	1,81	13,88
Terceiros	1.832.395	2.298.773	23,98	1.651.463	1.998.750	21,53	-9,87
Fornecedores:		0			0		
Partes relacionadas	100.821	126.482	1,32	127.996	154.912	1,67	26,95
Terceiros	224.831	282.055	2,94	204.293	247.254	2,66	-9,13
Arrendamento financeiro	4.303	5.398	0,06	5.231	6.331	0,07	21,57
Impostos e contribuições	5.024	6.303	0,07	3.408	4.125	0,04	-32,17
Salários e encargos sociais	25.606	32.123	0,34	36.782	44.517	0,48	43,65
Outras contas a pagar - partes relacionadas	5.819	7.300	0,08	4.578	5.541	0,06	-21,33
Provisões	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-
<i>Hedge Accounting</i>	20.780	26.069	0,27	-	-	-	-
Outros passivos	71	89	0,0009	2.018	2.442	0,03	2.742,25
Total do Passivo Circulante	2.341.340	2.937.254	30,64	2.174.351	2.631.597	28,35	-7,13
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos:							
Partes relacionadas	724.422	908.801	9,48	684.499	828.443	8,92	-5,51
Terceiros	-	-	-	398.430	482.216	5,19	-
Arrendamento financeiro	193.935	243.295	2,54	214.666	259.808	2,80	10,69
Provisões	117.485	147.387	1,54	129.420	156.636	1,69	10,16
Total do Passivo Não Circulante	1.035.842	1.299.483	13,56	1.427.015	1.727.103	18,60	37,76
Total do Passivo	3.377.182	4.236.736	44,20	3.601.366	4.358.700	46,95	6,64
Patrimônio Líquido							
Capital social:							
Residentes no país	2.301.074	2.886.739	30,12	2.301.074	2.784.969	30,00	0,00
Residentes no exterior	1.486.053	1.864.281	19,45	1.486.053	1.798.556	19,37	0,00
Reservas de capital	35.577	44.632	0,47	34.974	42.329	0,46	-1,69
Reservas de lucros	454.083	569.655	5,94	247.302	299.307	3,22	-45,54
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-13.715	-17.206	-0,18	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	4.263.072	5.348.101	55,80	4.069.403	4.925.161	53,05	-4,54
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	7.640.254	9.584.838	100,00	7.670.769	9.283.861	100,00	0,40

Continuação

RELATÓRIO ANUAL DE 2015							
Balanco Patrimonial	2014	2014-Atualizado	A.V % 142	2015	2015-Atualizado	A.V % 15	A.H % 15
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	127.241	153.999	1,66	65.756	71.900	0,85	-48,32
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	112.875	136.612	1,47	203.373	222.375	2,62	80,18
Estoques	464.205	561.823	6,05	641.883	701.856	8,27	38,28
Outras contas a receber:		0			0		
Partes relacionadas	7.292	8.825	0,10	5.985	6.544	0,08	-17,92
Terceiros	-	-	-	7.932	8.673	0,10	-
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos em garantia	6.580	7.964	0,09	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	209.174	253.161	2,73	312.039	341.194	4,02	49,18
Impostos e contribuições a recuperar sobre o resultado	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuições social diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	22.439	27.158	0,29	13.035	14.253	0,17	-41,91
Despesas antecipadas	2.608	3.156	0,03	2.615	2.859	0,03	0,27
Outros ativos/outros recebíveis	7.814	9.457	0,10	6.400	6.998	0,08	-18,10
Total do Ativo Circulante	960.228	1.162.155	12,52	1.259.018	1.376.651	16,22	31,12
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	734.246	888.651	9,57	714.431	781.182	9,21	-2,70
Impostos e contribuições a recuperar	989.051	1.197.039	12,89	450.904	493.033	5,81	-54,41
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	57.197	69.225	0,75	79.733	87.183	1,03	39,40
Investimentos	672	813	0,0088	97	106	0,0012	-85,57
Imobilizado	4.901.798	5.932.601	63,90	5.240.177	5.729.779	67,53	6,90
Intangível	18.366	22.228	0,24	15.911	17.398	0,21	-13,37
Diferido	9.211	11.148	0,12	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Não Circulante	6.710.541	8.121.706	87,48	6.501.253	7.108.681	83,78	-3,12
Total do Ativo	7.670.769	9.283.861	100,00	7.760.271	8.485.332	100,00	1,17
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos:		0			0		
Partes relacionadas	138.582	167.725	1,81	203.738	222.774	2,63	47,02
Terceiros	1.651.463	1.998.750	21,53	1.157.266	1.265.392	14,91	-29,92
Fornecedores:		0			0		
Partes relacionadas	127.996	154.912	1,67	200.885	219.654	2,59	56,95
Terceiros	204.293	247.254	2,66	272.927	298.427	3,52	33,60
Arrendamento financeiro	5.231	6.331	0,07	8.246	9.016	0,11	57,64
Impostos e contribuições	3.408	4.125	0,04	38.298	41.876	0,49	1.023,77
Salários e encargos sociais	36.782	44.517	0,48	33.374	36.492	0,43	-9,27
Outras contas a pagar - partes relacionadas	4.578	5.541	0,06	4.499	4.919	0,06	-1,73
Provisões	-	-	-	1.649	1.803	0,02	-
Dividendos a pagar	-	-	-	32.987	36.069	0,43	-
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	2.018	2.442	0,03	165	180	0,0021	-91,82
Total do Passivo Circulante	2.174.351	2.631.597	28,35	1.954.034	2.136.604	25,18	-10,13
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos:							
Partes relacionadas	684.499	828.443	8,92	805.010	880.224	10,37	17,61
Terceiros	398.430	482.216	5,19	195.240	213.482	2,52	-51,00
Arrendamento financeiro	214.666	259.808	2,80	307.327	336.041	3,96	43,17
Provisões	129.420	156.636	1,69	245.228	268.140	3,16	89,48
Total do Passivo Não Circulante	1.427.015	1.727.103	18,60	1.552.805	1.697.887	20,01	8,81
Total do Passivo	3.601.366	4.358.700	46,95	3.506.839	3.834.491	45,19	-2,62
Patrimônio Líquido							
Capital social:							
Residentes no país	2.301.074	2.784.969	30,00	2.301.074	2.516.069	29,65	0,00
Residentes no exterior	1.486.053	1.798.556	19,37	1.486.053	1.624.898	19,15	0,00
Reservas de capital	34.974	42.329	0,46	34.369	37.580	0,44	-1,73
Reservas de lucros	247.302	299.307	3,22	431.936	472.293	5,57	74,66
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	4.069.403	4.925.161	53,05	4.253.432	4.650.840	54,81	4,52
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	7.670.769	9.283.861	100,00	7.760.271	8.485.332	100,00	1,17

Continuação

RELATÓRIO ANUAL DE 2016							
Balanco Patrimonial	2015	2015-Atualizado	A.V % 152	2016	2016-Atualizado	A.V % 16	A.H % 16
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	65.756	71.900	0,85	49.248	50.262	0,62	-25,10
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	203.373	222.375	2,62	146.276	149.288	1,84	-28,08
Estoques	641.883	701.856	8,27	579.463	591.394	7,31	-9,72
Outras contas a receber:							
Partes relacionadas	5.985	6.544	0,08	14.204	14.496	0,18	137,33
Terceiros	7.932	8.673	0,10	1.555	1.587	0,02	-80,40
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos em garantia	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	288.133	315.054	3,71	329.818	336.609	4,16	14,47
Impostos e contribuições a recuperar sobre o resultado	23.309	25.487	0,30	2.888	2.947	0,04	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	13.035	14.253	0,17	1.600	1.633	0,02	-87,73
Despesas antecipadas	2.615	2.859	0,03	4.242	4.329	0,05	62,22
Outros ativos/outros recebíveis	6.400	6.998	0,08	8.243	8.413	0,10	28,80
Total do Ativo Circulante	1.258.421	1.375.998	16,22	1.137.537	1.160.958	14,35	-9,65
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	714.431	781.182	9,21	610.990	623.570	7,71	-14,48
Impostos e contribuições a recuperar	450.904	493.033	5,81	210.951	215.294	2,66	-53,22
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	79.733	87.183	1,03	80.022	81.670	1,01	0,36
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	5.240.177	5.729.779	67,53	5.872.350	5.993.255	74,06	12,06
Intangível	15.911	17.398	0,21	17.371	17.729	0,22	9,18
Diferido	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Não Circulante	6.501.156	7.108.575	83,78	6.791.684	6.931.517	85,65	4,47
Total do Ativo	7.759.577	8.484.573	100,00	7.929.221	8.092.475	100,00	2,18
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos:		0			0		
Partes relacionadas	203.738	222.774	2,63	170.613	174.126	2,15	-16,26
Terceiros	1.157.266	1.265.392	14,91	843.629	860.998	10,64	-27,10
Fornecedores:		0			0		
Partes relacionadas	200.885	219.654	2,59	157.926	161.178	1,99	-21,38
Terceiros	272.927	298.427	3,52	299.677	305.847	3,78	9,80
Arrendamento financeiro	8.246	9.016	0,11	11.298	11.531	0,14	37,01
Impostos e contribuições	38.298	41.876	0,49	28.790	29.383	0,36	-24,83
Salários e encargos sociais	33.374	36.492	0,43	39.853	40.674	0,50	19,41
Outras contas a pagar - partes relacionadas	4.499	4.919	0,06	7.228	7.377	0,09	60,66
Provisões	1.649	1.803	0,02	82.713	84.416	1,04	4.915,95
Dividendos a pagar	32.987	36.069	0,43	182.485	186.242	2,30	453,20
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	165	180	0,0021	76	78	0,0010	-53,94
Total do Passivo Circulante	1.954.034	2.136.604	25,18	1.824.288	1.861.848	23,01	-6,64
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos:							
Partes relacionadas	805.010	880.224	10,37	503.920	514.295	6,36	-37,40
Terceiros	195.240	213.482	2,52	-	-	-	-
Arrendamento financeiro	307.327	336.041	3,96	381.369	389.221	4,81	24,09
Provisões	245.228	268.140	3,16	450.142	459.410	5,68	83,56
Total do Passivo Não Circulante	1.552.805	1.697.887	20,01	1.335.431	1.362.926	16,84	-14,00
Total do Passivo	3.506.839	3.834.491	45,19	3.159.719	3.224.774	39,85	-9,90
Patrimônio Líquido							
Capital social:							
Residentes no país	2.301.074	2.516.069	29,65	2.301.074	2.348.451	29,02	0,00
Residentes no exterior	1.486.053	1.624.898	19,15	1.486.053	1.516.649	18,74	0,00
Reservas de capital	34.369	37.580	0,44	28.020	28.597	0,35	-18,47
Reservas de lucros	431.936	472.293	5,57	954.355	974.004	12,04	120,95
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	4.253.432	4.650.840	54,82	4.769.502	4.867.701	60,15	12,13
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	7.760.271	8.485.332	100,00	7.929.221	8.092.475	100,00	2,18

Conclusão

RELATÓRIO ANUAL DE 2017							
Balanco Patrimonial	2016	2016-Atualizado	A.V % 162	2017	2017-Atualizado	A.V % 17	A.H % 17
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	49.248	50.262	0,62	41.392	42.618	0,51	-15,95
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	146.276	149.288	1,84	208.954	215.144	2,59	42,85
Estoques	579.463	591.394	7,31	736.572	758.393	9,14	27,11
Outras contas a receber:							
Partes relacionadas	14.204	14.496	0,18	1.030	1.061	0,01	-92,75
Terceiros	1.555	1.587	0,02	1.109	1.142	0,01	-28,68
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos em garantia	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	329.818	336.609	4,16	280.759	289.077	3,48	-14,87
Impostos e contribuições a recuperar sobre o resultado	2.888	2.947	0,04	1.520	1.565	0,02	-47,37
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	1.600	1.633	0,02	3.020	3.109	0,04	88,75
Despesas antecipadas	4.242	4.329	0,05	3.174	3.268	0,04	-25,18
Outros ativos/outros recebíveis	8.243	8.413	0,10	9.640	9.926	0,12	16,95
Total do Ativo Circulante	1.137.537	1.160.958	14,35	1.287.170	1.325.303	15,97	13,15
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	610.990	623.570	7,71	639.848	658.804	7,94	4,72
Impostos e contribuições a recuperar	210.951	215.294	2,66	438.227	451.210	5,44	107,74
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	80.022	81.670	1,01	83.287	85.754	1,03	4,08
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	5.872.350	5.993.255	74,06	5.596.166	5.761.955	69,44	-4,70
Intangível	17.371	17.729	0,22	13.787	14.195	0,17	-20,63
Diferido	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Não Circulante	6.791.684	6.931.517	85,65	6.771.315	6.971.918	84,03	-0,30
Total do Ativo	7.929.221	8.092.475	100,00	8.058.485	8.297.221	100,00	1,63
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos:		0			0		
Partes relacionadas	170.613	174.126	2,15	172.882	178.004	2,15	1,33
Terceiros	843.629	860.998	10,64	1.431.655	1.474.068	17,77	69,70
Fornecedores:		0			0		
Partes relacionadas	157.926	161.178	1,99	222.385	228.973	2,76	40,82
Terceiros	299.677	305.847	3,78	386.866	398.327	4,80	29,09
Arrendamento financeiro	11.298	11.531	0,14	12.296	12.660	0,15	8,83
Impostos e contribuições	28.790	29.383	0,36	4.964	5.111	0,06	-82,76
Salários e encargos sociais	39.853	40.674	0,50	46.515	47.893	0,58	16,72
Outras contas a pagar - partes relacionadas	7.228	7.377	0,09	5.228	5.383	0,06	-27,67
Provisões	82.713	84.416	1,04	18.264	18.805	0,23	-77,92
Dividendos a pagar	182.485	186.242	2,30	13.732	14.139	0,17	-92,47
<i>Hedge Accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	76	78	0,0010	105	108	0,0013	38,16
Total do Passivo Circulante	1.824.288	1.861.848	23,01	2.314.892	2.383.472	28,73	26,89
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos:							
Partes relacionadas	503.920	514.295	6,36	340.987	351.089	4,23	-32,33
Terceiros	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento financeiro	381.369	389.221	4,81	374.796	385.899	4,65	-1,72
Provisões	450.142	459.410	5,68	579.194	596.353	7,19	28,67
Total do Passivo Não Circulante	1.335.431	1.362.926	16,84	1.294.977	1.333.341	16,07	-3,03
Total do Passivo	3.159.719	3.224.774	39,85	3.609.869	3.716.813	44,80	14,25
Patrimônio Líquido							
Capital social:							
Residentes no país	2.301.074	2.348.451	29,02	2.301.074	2.369.244	28,55	0,00
Residentes no exterior	1.486.053	1.516.649	18,74	1.486.053	1.530.078	18,44	0,00
Reservas de capital	28.020	28.597	0,35	28.020	28.850	0,35	0,00
Reservas de lucros	954.355	974.004	12,04	633.469	652.236	7,86	-33,62
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	4.769.502	4.867.701	60,15	4.448.616	4.580.408	55,20	-6,73
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	7.929.221	8.092.475	100,00	8.058.485	8.297.221	100,00	1,63

APÊNDICE B – Análise Vertical e Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício de 2008 a 2017.

RELATÓRIO ANUAL 2009							
Demonstração do Resultado do Exercício (em milhares de reais)	2008	2008-Atualizado	A.V % 08	2009	2009-Atualizado	A.V % 09	A.H % 09
Receita líquida das vendas	3.057.722	5.259.357	100,00	2.751.558	4.541.178	100,00	-10,01
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-2.296.044	-3.949.252	75,09	-2.717.179	-4.484.439	98,75	18,34
Lucro / (Prejuízo) Bruto	761.678	1.310.105	24,91	34.379	56.739	1,25	-95,49
Receitas (despesas) operacionais							
Com vendas e comerciais	-33.210	-57.122	-1,09	-27.374	-45.178	0,99	-17,57
Gerais e administrativas	-72.423	-124.569	-2,37	-70.139	-115.758	2,55	-3,15
Operações de hedge accounting - líquidas	-34.296	-58.990	-1,12	2.874	4.743	0,10	-108,38
Remuneração dos administradores	-1.070	-1.840	-0,03	-1.046	-1.726	0,04	-2,24
Outras receitas (despesas) operacionais	-17.481	-30.068	0,57	-3.004	-4.958	0,11	-82,82
Lucro operacional antes do resultado financeiro	603.198	1.037.515	19,73	-64.310	-106.137	2,34	-110,66
Resultado Financeiro							
Despesas financeiras	-58.954	-101.402	1,93	-46.649	-76.990	1,70	-20,87
Receitas financeiras	16.749	28.809	0,55	6.989	11.535	0,25	-58,27
Operações de derivativos de alumínio - líquidas	71.955	123.764	2,35	-34.131	-56.330	1,24	-147,43
Variações monetárias e cambiais líquidas	-354.813	-610.287	-11,60	506.449	835.845	18,41	-242,74
Outras receitas e despesas	6	10	0,0002	7	12	0,0003	16,67
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	278.141	478.409	9,10	368.355	607.934	13,39	32,43
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	-38.302	-65.880	1,25	-135.095	-222.961	4,91	252,71
Diferido	1.337	2.300	0,04	-657	-1.084	0,02	-149,14
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	241.176	414.829	7,89	232.603	383.889	8,45	-3,55

AV= Análise Vertical; AH= Análise Horizontal

Continuação

RELATÓRIO ANUAL 2010							RELATÓRIO ANUAL 2011						
2009	2009- Atualizado	A.V % 092	2010	2010- Atualizado	A.V % 10	A.H % 10	2010	2010- Atualizado	A.V % 102	2011	2011- Atualizado	A.V % 11	A.H % 11
2.751.558	4.541.178	100,00	2.650.976	4.141.771	100,00	-3,66	2.650.976	4.141.771	100,00	2.828.472	4.143.892	100,00	6,70
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.719.913	-4.488.951	98,85	2.360.736	-3.688.312	89,05	-13,21	2.360.736	-3.688.312	89,05	2.638.098	-3.864.982	93,27	11,75
31.645	52.227	1,15	290.240	453.458	10,95	817,17	290.240	453.458	10,95	190.374	278.910	6,73	-34,41
	0			0				0,00			0		
-27.374	-45.178	0,99	-42.172	-65.888	-1,59	54,06	-42.172	-65.888	-1,59	-35.819	-52.477	1,27	-15,06
-69.920	-115.396	2,54	-69.641	-108.804	-2,63	-0,40	-69.641	-108.804	-2,63	-77.438	-113.452	2,74	11,20
2.874	4.743	0,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-1.265	-2.088	0,05	-1.694	-2.647	-0,06	33,91	-1.694	-2.647	0,06	-1.232	-1.805	-0,04	-27,27
-2.997	-4.946	0,11	17.648	27.572	0,67	688,86	17.648	27.572	0,67	-14.158	-20.742	0,50	-180,22
-67.037	-110.638	2,44	194.381	303.693	7,33	389,96	194.381	303.693	7,33	61.727	90.434	2,18	-68,24
-46.649	-76.990	1,70	-24.275	-37.926	0,92	-47,96	-24.275	-37.926	0,92	-21.380	-31.323	0,76	-11,93
6.989	11.535	0,25	7.383	11.535	0,28	5,64	7.383	11.535	0,28	4.851	7.107	0,17	-34,30
-34.131	-56.330	1,24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
506.449	835.845	18,41	61.857	96.643	2,33	-87,79	61.857	96.643	2,33	-142.970	-209.460	5,05	-331,13
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
365.621	603.422	13,29	239.346	373.944	9,03	-34,54	239.346	373.944	9,03	-97.772	-143.242	-3,46	-140,85
-135.095	-222.961	4,91	-72.385	-113.091	2,73	-	-72.385	-113.091	2,73	-	-	-	-
273	451	0,0099	-157	-245	-0,01	157,51	-157	-245	0,01	33.104	48.499	1,17	21.185,35
230.799	380.911	8,39	166.804	260.607	6,29	-27,73	166.804	260.607	6,29	-64.668	-94.743	2,29	-138,77

Continuação

RELATÓRIO ANUAL 2012							RELATÓRIO ANUAL 2013						
2011	2011- Atualizado	A.V % 112	2012	2012- Atualizado	A.V % 12	A.H % 12	2012	2012- Atualizado	A.V % 122	2013	2013- Atualizado	A.V % 13	A.H % 13
2.828.472	4.143.892	100,00	2.748.521	3.815.602	100,00	-2,83	2.748.521	3.815.602	100,00	2.649.489	3.323.832	100,00	-3,60
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.638.098	-3.864.982	93,27	3.137.794	-4.356.005	114,16	18,94	3.137.794	-4.356.005	114,16	3.130.018	-3.926.665	118,14	-0,25
190.374	278.910	6,73	-389.273	-540.404	14,16	304,48	-389.273	-540.404	14,16	-480.529	-602.832	-18,14	23,44
	0,00			0				0,00			0		
-35.819	-52.477	1,27	-47.409	-65.815	1,72	32,36	-47.409	-65.815	1,72	-47.909	-60.103	-1,81	1,05
-77.438	-113.452	2,74	-94.506	-131.197	3,44	22,04	-94.506	-131.197	3,44	-94.455	-118.496	-3,57	-0,05
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-1.232	-1.805	0,04	-1.434	-1.991	0,05	16,40	-1.434	-1.991	0,05	-2.244	-2.815	-0,08	56,49
-14.158	-20.742	0,50	1.703	2.364	0,06	112,03	1.703	2.364	0,06	34.607	43.415	1,31	1.932,12
61.727	90.434	2,18	-530.919	-737.042	19,32	960,11	-530.919	-737.042	19,32	-590.530	-740.831	-22,29	11,23
-21.380	-31.323	0,76	-42.591	-59.126	1,55	99,21	-42.591	-59.126	1,55	-61.318	-76.925	2,31	43,97
4.851	7.107	0,17	5.752	7.985	0,21	18,57	5.752	7.985	0,21	4.466	5.603	0,17	-22,36
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-142.970	-209.460	5,05	-170.988	-237.372	6,22	19,60	-170.988	-237.372	6,22	-306.567	-384.594	-11,57	79,29
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-97.772	-143.242	3,46	-738.746	-1.025.555	26,88	655,58	-738.746	-1.025.555	26,88	-953.949	-1.196.746	-36,01	29,13
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33.104	48.499	1,17	250.411	347.630	9,11	656,44	250.411	347.630	9,11	324.162	406.667	12,23	29,45
-64.668	-94.743	2,29	-488.335	-677.925	17,77	655,14	-488.335	-677.925	17,77	-629.787	-790.079	-23,77	28,97

Continuação

RELATÓRIO ANUAL 2014							RELATÓRIO ANUAL 2015						
2013	2013- Atualizado	A.V % 132	2014	2014- Atualizado	A.V % 14	A.H % 14	2014	2014- Atualizado	A.V % 142	2015	2015- Atualizado	A.V % 15	A.H % 15
2.649.489	3.323.832	100,00	3.846.152	4.654.962	100,00	45,17	3.846.152	4.654.962	100,00	5.995.401	6.555.566	100,00	55,88
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.130.018	-3.926.665	118,14	3.621.093	-4.382.576	94,15	15,69	3.621.093	-4.382.576	94,15	4.401.771	-4.813.039	73,42	21,56
-480.529	-602.832	-18,14	225.059	272.387	5,85	146,84	225.059	272.387	5,85	1.593.630	1.742.527	26,58	608,09
	0,00			0				0,00			0		
-47.909	-60.103	1,81	-51.103	-61.849	1,33	6,67	-51.103	-61.849	1,33	-59.976	-65.580	1,00	17,36
-94.455	-118.496	3,57	-106.594	-129.010	2,77	12,85	-106.594	-129.010	2,77	-70.469	-77.053	1,18	-33,89
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-2.244	-2.815	0,08	-1.272	-1.539	0,03	-43,32	-1.272	-1.539	0,03	-1.931	-2.111	0,03	51,81
34.607	43.415	1,31	4.412	5.340	0,11	-87,25	4.412	5.340	0,11	10.910	11.929	0,18	147,28
-590.530	-740.831	22,29	70.502	85.328	1,83	111,94	70.502	85.328	1,83	1.472.164	1.609.712	24,55	1.988,12
-61.318	-76.925	2,31	-55.085	-66.669	1,43	-10,17	-55.085	-66.669	1,43	-59.509	-65.069	0,99	8,03
4.466	5.603	0,17	5.937	7.185	0,16	32,94	5.937	7.185	0,16	9.622	10.521	0,16	62,07
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-306.567	-384.594	11,57	-350.889	-424.678	9,12	14,46	-350.889	-424.678	9,12	1.139.687	-1.246.171	19,01	224,80
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-953.949	-1.196.746	36,01	-329.535	-398.833	-8,57	-65,46	-329.535	-398.833	-8,57	282.590	308.993	4,71	-185,75
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-45.757	-50.032	0,76	-
324.162	406.667	12,23	122.150	147.837	3,18	-62,32	122.150	147.837	3,18	-19.817	-21.669	-0,33	-116,22
-629.787	-790.079	23,77	-207.385	-250.996	5,39	-67,07	-207.385	-250.996	5,39	217.016	237.292	3,62	-204,64

Conclusão

RELATÓRIO ANUAL 2016							RELATÓRIO ANUAL 2017						
2015	2015- Atualizado	A.V % 152	2016	2016- Atualizado	A.V % 16	A.H % 16	2016	2016- Atualizado	A.V % 162	2017	2017- Atualizado	A.V % 17	A.H % 17
5.995.401	6.555.566	100,00	5.699.537	5.816.884	100,00	-4,93	5.699.537	5.816.884	100,00	5.542.769	5.706.976	100,00	-2,75
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.401.771	-4.813.039	73,42	4.658.258	-4.754.166	81,73	5,83	4.658.258	-4.754.166	81,73	5.048.723	-5.198.293	91,09	8,38
1.593.630	1.742.527	26,58	1.041.279	1.062.718	18,27	-34,66	1.041.279	1.062.718	18,27	494.046	508.682	8,91	-52,55
	0,00			0				0,00			0		
-59.976	-65.580	1,00	-72.123	-73.608	1,27	20,25	-72.123	-73.608	1,27	-90.014	-92.681	1,62	24,81
-70.469	-77.053	1,18	-55.815	-56.964	0,98	-20,79	-55.815	-56.964	0,98	-60.358	-62.146	1,09	8,14
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-1.931	-2.111	0,03	-1.681	-1.716	0,03	-12,95	-1.681	-1.716	0,03	-2.111	-2.174	0,04	25,58
						-							
10.910	11.929	0,18	-125.462	-128.045	2,20	1.249,97	-125.462	-128.045	2,20	-140.410	-144.570	2,53	11,91
1.472.164	1.609.712	24,55	786.198	802.385	13,79	-46,60	786.198	802.385	13,79	201.153	207.112	3,63	-74,41
-59.509	-65.069	0,99	-55.329	-56.468	0,97	-7,02	-55.329	-56.468	0,97	-75.131	-77.357	1,36	35,79
9.622	10.521	0,16	6.791	6.931	0,12	-29,42	6.791	6.931	0,12	3.217	3.312	0,06	-52,63
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.139.687	-1.246.171	19,01	422.129	430.820	7,41	-137,04	422.129	430.820	7,41	-88.860	-91.493	1,60	121,05
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
282.590	308.993	4,71	1.159.789	1.183.668	20,35	310,41	1.159.789	1.183.668	20,35	40.379	41.575	0,73	-96,52
-45.757	-50.032	0,76	-258.835	-264.164	4,54	465,67	-258.835	-264.164	4,54	-11.416	-11.754	0,21	-95,59
													-
-19.817	-21.669	-0,33	-103.439	-105.569	1,81	421,97	-103.439	-105.569	1,81	28.857	29.712	0,52	127,90
217.016	237.292	3,62	797.515	813.935	13,99	267,49	797.515	813.935	13,99	57.820	59.533	1,04	-92,75

Apêndice C. Provisões de 2008 a 2017 (valores atualizados).

Provisões (em milhares de reais)	2008	2008 Atualizado	2009	2009 Atualizado	2010	2010 Atualizado	2011	2011 Atualizado	2012	2012 Atualizado
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fechamento depósitos de resíduos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas	73	126	29	48	31	48	-	-	9.221	12.801
Cíveis	556	956	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fechamento depósitos de resíduos	-	-	-	-	-	-	48.464	71.003	42.666	59.231
Total Não Circulante	629	1.082	29	48	31	48	48.464	71.003	51.887	72.032

Continuação

Provisões (em milhares de reais)	2013	2013 Atualizado	2014	2014 Atualizado	2015	2015 Atualizado	2016	2016 Atualizado	2017	2017 Atualizado
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fechamento depósitos de resíduos	-	-	-	-	1.803	1.803	82.713	84.416	18.264	18.805
Total Circulante	-	-	-	-	1.803	1.803	82.713	84.416	18.264	18.805
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas	500	627	7.766	9.399	5.700	5.700	3.749	3.826	11.971	12.325
Cíveis	15.994	20.065	3.386	4.098	2.579	2.579	11.251	11.483	11.154	11.484
Tributárias	9.913	12.436	11.494	13.911	14.113	14.113	14.807	15.112	15.933	16.405
Fechamento depósitos de resíduos	91.078	114.259	106.774	129.228	245.748	245.748	420.335	428.989	540.136	556.137
Total Não Circulante	117.485	147.387	129.420	156.636	268.140	268.140	450.142	459.410	579.194	596.352

Apêndice D. Contingências possíveis de perda, não provisionadas no balanço de 2008 a 2017 (valores atualizados).

Contingências possíveis de perda, não provisionadas no balanço	2008	2008-Atualizado	2009	2009-Atualizado	2010	2010-Atualizado	2011	2011-Atualizado	2012	2012-Atualizado
Tributárias	1.285	2.210	4.307	7.108	11.781	18.406	220.092	322.449	151.758	210.676
Cíveis	1.696	2.917	1.000	1.650	1.004	1.569	1.004	1.471	2.542	3.529
Trabalhistas	11.963	20.577	16.418	27.096	17.017	26.587	12.818	18.779	55.305	76.777
Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	14.944	25.704	21.725	35.855	29.802	46.561	233.914	342.699	209.605	290.982

Continuação

Contingências possíveis de perda, não provisionadas no balanço	2013	2013-Atualizado	2014	2014-Atualizado	2015	2015-Atualizado	2016	2016-Atualizado	2017	2017-Atualizado
Tributárias	444.270	557.345	561.153	679.158	632.800	691.924	628.204	641.138	704.435	725.304
Cíveis	6.231	7.817	42.714	51.696	39.665	43.371	47.753	48.736	70.027	72.102
Trabalhistas	9.813	12.311	213.628	258.552	226.802	247.993	225.886	230.537	294.123	302.837
Ambiental	-	-	38.309	46.365	45.957	50.251	57.665	58.852	484.942	499.309
Total	460.314	577.472	855.804	1.035.772	945.224	1.033.539	959.508	979.263	1.553.527	1.599.551